

Relatório e Contas 2014



Águas do Algarve, S.A.
Relatório e Contas 2014



Índice

11	Mensagem do presidente do conselho de administração
13	A empresa
18	Principais acontecimentos
21	A - Relatório de Gestão
21	1- Introdução
21	2- Enquadramento macroeconómico
23	3- Enquadramento do setor
24	4- Regulação
29	5- Estrutura organizacional
29	5.1. Secretariado de administração – SEC
30	5.2. Apoio jurídico / Secretário da sociedade
30	5.3. Planeamento e controlo de gestão – PCG
30	5.4. Projetos especiais – PE
30	5.5. Comunicação e educação ambiental – CEA
30	5.6. Sistema de responsabilidade empresarial - SRE
31	5.7. Sistemas e tecnologias de informação - STI
31	5.8. Laboratório – LAB
31	5.9. Gestão das origens de água – GOA
31	5.10. Direção administrativa e financeira - DAF
31	5.11. Direção de infraestruturas – DIN
32	5.12. Direção de operação água - DOA
32	5.13. Direção de operação saneamento - DOS
32	6- Relações com as partes interessadas
32	7- Gestão do capital humano
35	8- Análise económica e financeira
39	9- Atividade operacional
39	9.1. Sistema multimunicipal de abastecimento de água do algarve
40	9.2. Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve
42	9.3. Laboratório
45	9.4. Manutenção
47	9.5. Investimento
47	9.5.1. Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve
49	9.5.2. Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve
50	10- I&D e Inovação
51	11- Objetivos de gestão
52	12- Cumprimento das orientações legais
55	13- Perspetivas para o Futuro
55	14- Fatos relevantes após o termo do exercício
55	15- Sucursais da Sociedade
55	16- Considerações Finais
56	17- Proposta de Aplicação de Resultados
57	18- Anexo ao Relatório – Estrutura Acionista



Índice

61	B -Contas do exercício de 2014
62	1. Contas individuais do exercício de 2014
62	1.1 Demonstração da posição financeira
63	1.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral
64	1.3 Demonstração das variações no capital próprio
64	1.4 Demonstração dos fluxos de caixa
66	1.5 - Notas às Demonstrações Financeiras
111	2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
113	3. Certificação legal de contas
116	4. Glossário Financeiro e Técnico
117	5. Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2014
118	6. Contactos



An aerial photograph of a large dam and reservoir. The image is split vertically into two halves. The left half shows the reservoir with vibrant blue water and lush green vegetation on the surrounding hills. The right half shows the same area in grayscale, with the water appearing dark and the vegetation sparse, representing a 'before' or 'after' state of environmental degradation. The dam structure is visible at the bottom, with a road and some construction equipment nearby. The text 'MENSAGEM DO PRESIDENTE' is centered in white over the grayscale portion.

MENSAGEM DO PRESIDENTE



No presente exercício
merece particular destaque
o desempenho e a
performance de eficiência
operacional.

OS SÁLVADOS DO CAVALE



Joaquim Marques Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

Caros Acionistas,

Em 2014, a nossa atividade decorreu num contexto socioeconómico que se manteve muito exigente, com incidência para as empresas do Setor Empresarial do Estado, o que determinou a necessidade de uma grande dedicação da Águas do Algarve, S.A. para assegurar o cumprimento da sua MISSÃO, sem prejuízo dos compromissos que sobre ela recaem em matéria de sustentabilidade económica, ambiental e social.

A Águas do Algarve, S.A. prosseguiu, neste último ano, a consolidação de uma gestão orientada para o incremento da eficiência operacional, dessa forma contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população algarvia e criando as condições para a melhoria ambiental e para o desenvolvimento no território abrangido pela concessão.

A Águas do Algarve, S.A. realizou investimentos prioritários no valor de 9,3 milhões de euros (execução financeira), com especial destaque para a empreitada “Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves” cujo montante investido, em 2014, cifrou-se em 1,8 milhões de euros.

A Empresa renovou, em 2014, a certificação dos seus sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança, tendo ainda renovado a certificação do sistema de gestão da responsabilidade social. Foi também renovada a acreditação do laboratório, e a certificação em segurança alimentar e a certificação do produto água para consumo humano (de acordo com a Recomendação ERSAR n.02/2011).

As ações de sensibilização e educação ambiental tiveram um importante papel na atividade da Águas do Algarve, S.A., sendo de realçar a concretização de iniciativas previstas no seu plano de atividades, nomeadamente as celebrações do dia da Árvore, dia da Floresta e o dia Mundial da Água.

A Águas do Algarve, S.A. recebeu, pelo segundo ano consecutivo, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) o selo de “Qualidade exemplar da água para consumo humano”, que pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano.

Os resultados líquidos conseguidos de 5,1 milhões de euros, substancialmente superiores aos de 2013 (3,1 milhões de euros) foram motivados essencialmente pelo melhor desempenho dos resultados financeiros, os quais contribuíram em mais de 3,4 milhões de euros para o resultado final do exercício.

O volume de negócios subiu cerca de 1,5% face a 2013 e atingiu o valor de 53,8 milhões de euros. A Águas do Algarve, S.A. gerou um EBITDA de 32,9 milhões de euros e empregou uma média de 160 colaboradores em situação de efetividade.

A dívida de clientes foi reduzida significativamente em 20%, bem como o seu endividamento perante as respetivas instituições financeiras, continuando contudo ainda as dívidas existentes a ser uma preocupação do Conselho de Administração, tendo em vista os compromissos assumidos de curto prazo.

Finalmente uma palavra de apreço aos acionistas, órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. que, apesar das dificuldades associadas à situação do País, souberam responder, com empenho, determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhe foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve, S.A..



A EMPRESA

Com 14 anos de atividade, a Águas do Algarve, S.A. é uma das maiores concessionárias em “alta” pertencentes ao Grupo Águas de Portugal, SGPS, S.A. e detentora das concessões de abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais para a região do Algarve.

As atividades desenvolvidas pela Águas do Algarve, S.A., pertencentes à unidade de negócio UNA-PD (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em “alta”) do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A., constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

Os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Algarve são dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, dos pontos de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na nossa Região.

Do ponto de vista técnico, trata-se do desenvolvimento de um projeto com objetivos muito claros, visando aplicar a uma situação regional específica as mais recentes conceções e práticas de tratamento e adução de água para consumo humano e tratamento e destino final de águas residuais num quadro de sustentabilidade ambiental.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Algarve

Concessionado pelo Estado português, por um período de 30 anos, através do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve poderá fornecer, no horizonte do projeto, até 180 milhões de m³/ano.

A população servida atualmente é da ordem dos 500.000 habitantes em época baixa e mais de 1.000.000 habitantes, em época alta.

Os iniciais sistemas multimunicipais de abastecimento de água ao barlavento e sotavento algarvio, constituíram a base do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve que abastece os municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e Monchique.

Os investimentos das infraestruturas, inicialmente, exclusivamente a cargo das empresas – Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. – totalizaram mais de 125 milhões de euros, para os quais se obteve um financiamento do Fundo de Coesão (2º quadro comunitário de apoio), à taxa de 84% e 85%, respetivamente. O investimento global, contudo, foi da ordem dos 170 milhões de euros, considerando o património pré-existente integrado na concessão e os correspondentes valores de reabilitação.

O investimento total previsto para o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve é da ordem dos 309 milhões de euros, sendo que este valor inclui também o projeto de construção da barragem de Odelouca (no valor de aproximadamente 81 milhões de euros).



A barragem de Odelouca constitui uma peça fundamental do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve (SMAAA), cujo objetivo é o fornecimento de água para abastecimento público à região do Algarve.

A conceção geral proposta para o sistema de abastecimento caracteriza-se pelos seguintes grandes números:

- 4 ETA, com capacidade de 491.000 m³/dia;
- 12 Reservatórios com capacidade para 60.000 m³;
- 448 kms de condutas adutoras;
- 27 Estações elevatórias;
- 73 pontos de entrega

Esta albufeira localiza-se numa área de importante património ecológico, em sítio da Rede Natura 2000, pelo que o empreendimento tem uma forte componente ambiental. A Águas do Algarve obrigou-se assim a implementar um ambicioso programa ambiental, integrando um conjunto vasto de medidas de minimização, compensação e sobre compensação, que visam contribuir para os objetivos de conservação de espécies e habitats diretamente afetados pelo empreendimento, em especial o lince ibérico, a águia de Bonelli, as espécies endémicas de ictiofauna e as galerias ribeirinhas.

O sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

A Águas do Algarve, S.A. é concessionária, também por um período de 30 anos do sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

O investimento previsto para o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve é da ordem dos 317 milhões de euros.

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003, tendo como objetivo essencial dotar a região do Algarve com um sistema seguro, do ponto de vista da saúde pública dos cidadãos, melhorando os níveis de atendimento e promovendo a qualidade ambiental, designadamente a qualidade da água das praias, rios e lagoas do Algarve, que são fator essencial para o bem-estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região.

A conceção geral proposta para o sistema de saneamento caracteriza-se pelos seguintes grandes números:

- 398 kms de interceptores, emissários e condutas elevatórias;
- 177 Estações elevatórias;
- 49 ETAR's com tratamento secundário;
- 17 ETAR's com tratamento secundário e desinfecção;
- 8 ETAR's com tratamento terciário e desinfecção.

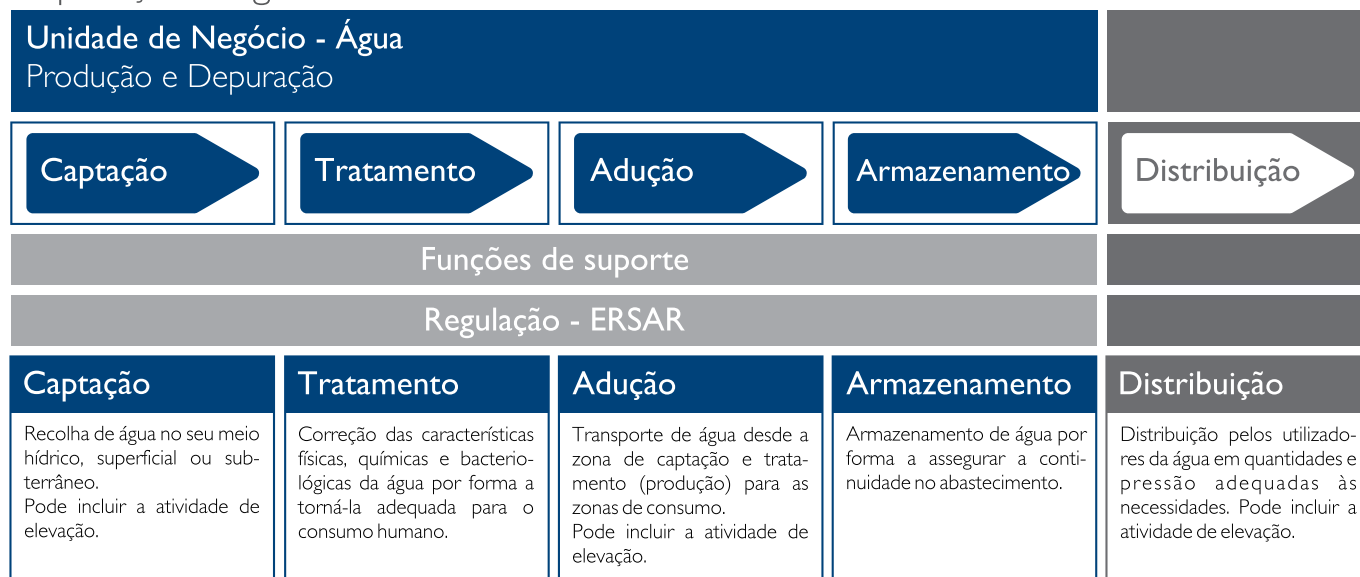


Acionistas

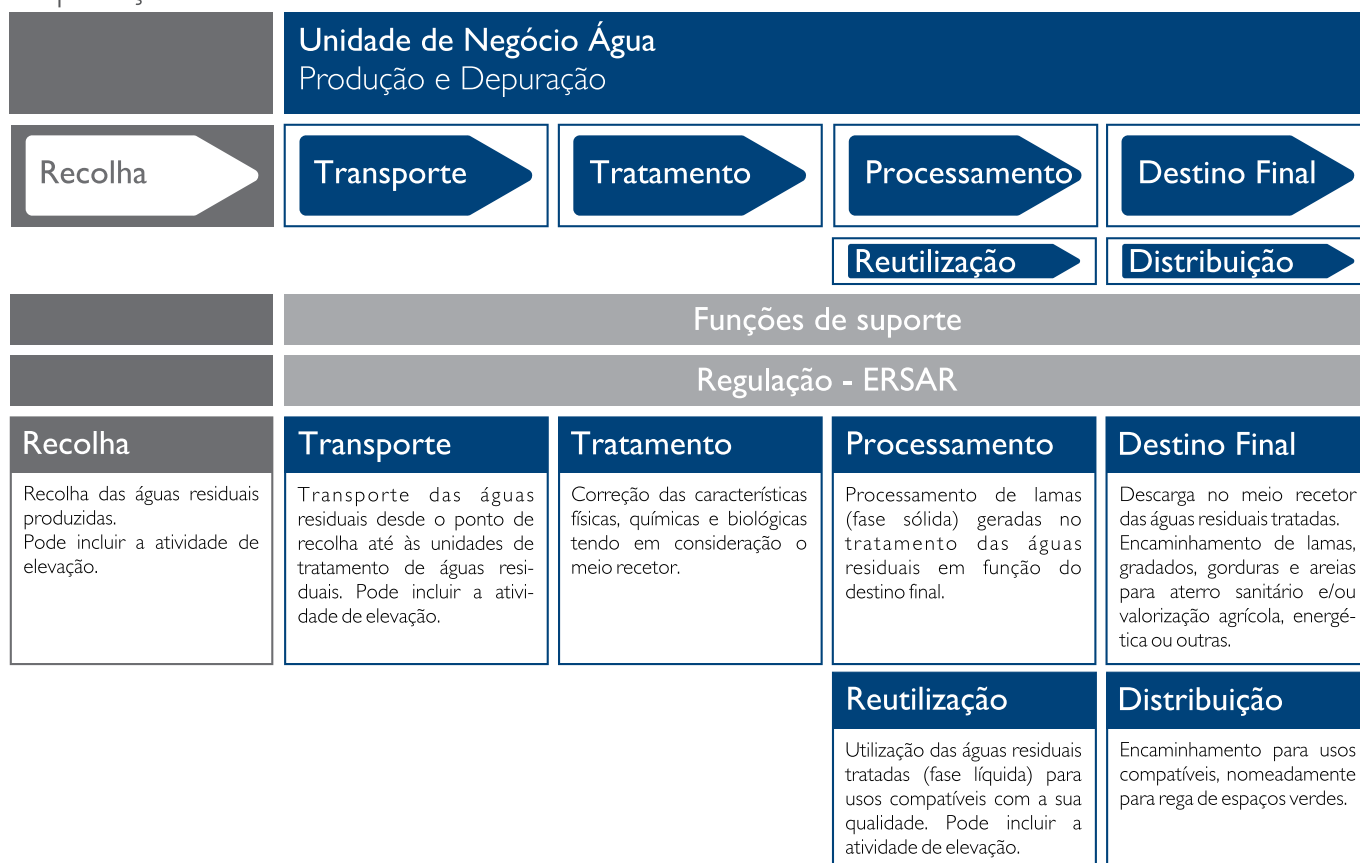
A Águas do Algarve SA é uma sociedade de direito privado e capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, SA, participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº 15 do anexo às demonstrações financeiras.

Cadeia de Valor

Operação - Água



Operação - Saneamento





Síntese dos Principais Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2014	2013
Capital Social (€)	29.290.875	29.230.875
Capital Próprio (€)	40.640.752	38.385.202
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	580.093.681	563.404.099
Ativo Líquido Total (€)	521.198.493	544.982.093
Volume de Negócios (€)	53.821.957	53.035.421
EBITDA (€)	32.989.067	32.139.661
EBIT (€)	13.944.859	14.861.824
Resultados Antes de Impostos (€)	8.707.087	5.630.087
Resultado Líquido do Exercício (€)	5.139.191	3.098.569
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	12,65%	8,07%
Rendibilidade do Ativo (%)	0,99%	0,57%
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	36,80%	34,90%
Prazo Médio dos Recebimentos (dias)	204	271
Colaboradores em 31 Dezembro (nº)	158	162
Área Geográfica Abrangida (Km2)	4.995	4.995
População Residente na Área Abrangida (nº)	453.839	451.940
Subsídios ao investimento recebido (€ Acumulado)	150.391.861	143.407.952
Investimento (€)	8.728.234	5.703.030
ABASTECIMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
População Servida (nº)	408.849	408.849
Acessibilidade física ao serviço (%)	98%	98%
Volume de Água Produzida (103m3)	65.431	64.456
Volume de Água Vendida (103m3)	64.802	63.782
Tarifa (€/m3)	0,4710	0,4710
Pontos de Entrega (nº)	72	71
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4
Rede Adutora (Km)	482	482
SANEAMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
População Servida (nº)	363.460	363.460
Acessibilidade física ao serviço (%)	94%	94%
Efluente Tratado (103m3)	40.839	38.021
Efluente Faturado (103m3)	36.112	34.989
Tarifa (€/m3)	0,6304	0,6254
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	65	63
Rede Coletores (Km)	418	403

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A Águas do Algarve, S.A. concluiu mais um ano de atividade com uma prestação de serviço de elevada qualidade e, mesmo com apenas uma ligeira subida do volume de negócios, conseguiu obter resultados no exercício de 2014 bastante acima dos atingidos no ano anterior. Face ao resultado líquido estimado no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) aprovado pelos Srs. Acionistas na Assembleia Geral realizada em 21 de Março de 2014, verificou-se um valor inferior em cerca de 0,4 milhões de euros.

Relativamente à área de negócio do abastecimento de água, o fornecimento total de água faturada aos utilizadores em 2014 foi de 64.801.545m³, representando um caudal médio diário de água fornecida de 177.540 m³/dia, sendo superior em 1,6% em relação ao ano de 2013. No ano de 2014 a operacionalidade do SMAAA, não registou qualquer ocorrência que exigisse a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores com consequências para o abastecimento público. A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo SMAAA, no ano 2014, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 100%, não se tendo verificado no Plano de Controlo da Qualidade da Água, qualquer incumprimento aos valores paramétricos estabelecidos no Decreto - Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto.

Na área de negócio do saneamento, em 2014 verificou-se um acréscimo da faturação face a 2013, em volume, na ordem de 0,4%, evidenciando uma continuidade relativamente aos últimos anos. Em termos do cumprimento dos normativos de descarga, durante o ano 2014, o desempenho situou-se ao nível dos valores do ano anterior, havendo a salientar o peso das três grandes ETAR de lagunagem que ainda permanecem em funcionamento, Faro, Olhão Poente e Portimão, para as quais já estão em curso procedimentos para a construção de novas ETAR.

O ano de 2014 foi marcado como o ano em que a Águas do Algarve, S.A. assegurou a exploração do “aproveitamento hidráulico de Odeleite-Beliche”, passando assim a gerir diretamente três grandes barragens, em conformidade com o Regulamento Nacional de Segurança de Barragens (RSB), situação que nos confere alguma particularidade no Universo do Grupo AdP. O assumir destas novas responsabilidades, associadas ao “aproveitamento hidráulico de Odeleite-Beliche”, tornou possível dotar este sistema de maior fiabilidade. Assim, durante 2014 foram utilizadas águas superficiais provenientes das albufeiras das barragens de Odelouca, Odeleite, Beliche e Bravura, e águas subterrâneas captadas nos Sistemas de captação de Benaciate e Vale da Vila, localizados no Aquífero de Querença-Silves. Esta disponibilidade de recursos hídricos permite fazer face, com maior eficácia, a períodos de baixa disponibilidade de água, que caracterizam a região ciclicamente, assim como conferir ao SMAAA alguma resiliência perante situações de acidentes/avarias na rede de abastecimento, ou nas Estações de Tratamento de Águas (ETA), ou ainda a situações de deterioração da qualidade da água nas origens.

De realçar a substancial recuperação dos créditos dos Clientes que se verificou durante o ano 2014, fruto de recebimentos no âmbito do PAEL, novos acordos de regularização de dívida com os municípios, que consequentemente permitiram à Águas do Algarve, S.A. reduzir a utilização de crédito bancário, principalmente o de curto prazo. O endividamento bancário total foi reduzido em cerca de 9,3% tendo passado de cerca de 271 milhões de euros, em dezembro de 2013, para 246 milhões em dezembro de 2014. Este desempenho foi crucial para contribuir positivamente para os resultados líquidos atingidos. O prazo médio de recebimentos de clientes continuou a descer significativamente, passado de 271 dias em 2013 para 204 dias em 2014.

Em 2014, no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, a empresa conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%, tendo-se realizado mais de 14 mil intervenções de manutenção, nas 4 Estações de Tratamento de Água (ETA), nas 33 estações elevatórias, nos 72 pontos de entrega, nos 18 furos de captação de água e nos mais de 400km de adutores, onde existem aproximadamente 14.000 equipamentos. Relativamente à área de negócio saneamento, foram, durante o ano 2014, implementadas as primeiras ações relativas à concretização do Plano de Reabilitação de Infraestruturas 2014/2018, entretanto aprovado pela Administração da Águas do Algarve, S.A..

Para a monitorização da qualidade da água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, o Laboratório da Águas do Algarve, S.A. utiliza uma rede de amostragens com cerca de 260 pontos de colheitas, incluindo as origens do Sistema, tendo analisado em 2014 um total de cerca de 93.000 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia, para as matrizes de águas de consumo humano e águas naturais. Para monitorização dos planos analíticos do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, o Laboratório da empresa possui uma rede de amostragens de cerca de 350 pontos de colheita, que inclui as ETAR, meios recetores de descarga de efluentes e um emissário. Em 2014, efetuaram-se cerca de 29.200 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia.

Relativamente aos investimentos, no ano de 2014, a Águas do Algarve, S.A. alcançou uma realização física de 8,7 milhões de euros, tendo sido cerca de 4,3 milhões de euros para o Abastecimento de Água e cerca de 4,4 milhões de euros para o Sistema Multimunicipal de Saneamento.

Destacam-se os seguintes procedimentos lançados em 2014:

Abastecimento de Água:

- Eficiência energética na ETA de Alcantarilha - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo – Preço Base – 582.360 euros – Comparticipada pelo POAlgarve21;
- Eficiência energética na ETA de Tavira - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo – Preço Base – 582.360 euros – Comparticipada pelo POAlgarve21;
- EE1 Beliche - Fornecimento e instalação de dois Variadores de Frequência (Aquisição de bens e serviços).– Preço Base – 780.000 euros.

De realçar o contributo da instalação das duas centrais fotovoltaicas, em termos de redução da dependência energética da empresa de tal forma que a recuperação do investimento efetuado pode acontecer dentro de aproximadamente dois anos e meio, considerando a comparticipação obtida.

Saneamento:

- Conceção e Construção da ETAR da Companheira – Preço Base 12.000.000 euros;
- Conceção e construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres – Preço Base – 2.510.000 euros – Comparticipada pelo POVT;
- Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres - Preço Base – 2.800.000 euros;
- Ligação da Freguesia do Algez ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves - Preço Base – 1.900.000 euros - Comparticipada pelo POVT;

Destacam-se também as seguintes empreitadas concluídas em 2014 relativas ao sistema de saneamento:

- Sistema de Tratamento de Águas Residuais de S. Marcos da Serra – Valor do Contrato – 851.793,20 euros;
- Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves – Valor do Contrato – 2.344.911,75 euros;
- Construção das Estações Elevatórias EE3 (Galé) e EE6 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves - – Valor do Contrato – 1.552.175,09 euros;
- Conceção e Construção da Conduta Elevatória CE3 e Requalificação do Habitat Lagunar da Lagoa dos Salgados – Valor do Contrato – 1.065.943,83 euros.

A Águas do Algarve, S.A. lançou o Concurso Público relativo à Fiscalização, Gestão de Qualidade, Gestão Ambiental e Coordenação de Segurança da Empreitada “Conceção-Construção da ETAR da Companheira. O preço base indicado para o concurso é de 320.000 euros.

Na vertente da comunicação com as partes interessadas, merece referência, a participação da Águas do Algarve, S.A. em diversos seminários, o acolhimento de visitas nas suas instalações e a colaboração com a comunicação social sempre que solicitada.

No âmbito da responsabilidade ambiental e social, a Águas do Algarve, S.A., como tem sido prática habitual, esteve envolvida ativamente nas celebrações do dia da Árvore, dia da Floresta e o dia Mundial da Água, que se celebram a 21 e 22 Março respetivamente.



A - Relatório de Gestão

1-Introdução

O ano de 2014 fica marcado pela continuação das dificuldades económicas globais e muito em especial em Portugal e na União Europeia.

2-Enquadramento macroeconómico

Global

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012).

Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes.

Tres grande fatores explicam este arrefecimento: (i) os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; (ii) as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e (iii) a diminuição dos preços de algumas commodities, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

União Europeia

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0,7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0,6%.

A pesar neste crescimento reduzido esteve a incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no sector das famílias. Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6%.

A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em Dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0,2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0,4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0,9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1,1% para um crescimento que se projeta em torno de 0,9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam acima do previsto. Vários fatores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2,2% para o total. Deste modo, a atual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2,5%, que contrasta com +3,5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional.

As exportações (sem combustíveis), registam um comportamento assinalável, com um crescimento até Novembro de 4,7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China. Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde Julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, refletindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0,3%. Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6,42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflete o bom desempenho da receita fiscal, +6,2% face ao ano anterior; enquanto que a despesa registou um crescimento de apenas 0,8% no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

Algarve

O Algarve é das regiões da Europa com maior concentração de emprego nos principais setores de atividade, quase sempre relacionados com o turismo, comércio e com a imobiliária. Complementarmente é também uma das regiões com menor taxa de emprego na Indústria, o que o expõe a uma maior fragilidade face a choques conjunturais. Na conjuntura decorrente dos últimos anos, o Algarve apresenta uma evolução das taxas de desemprego acima da média nacional.

Nos últimos quatro a cinco anos, no Algarve verifica-se um decréscimo acentuado do PIB, ao contrário de outras regiões do país em que o PIB decresce menos ou mantem-se estável.

Contudo o balanço turístico da região indica um aumento constante do número de dormidas na região desde 2009 e para o ano 2014, o aumento de dormidas foi de cerca de 11,2 % face a 2013, representando cerca de 35,5% da quota nacional de dormidas em hotelaria e similares.

Para melhoria da competitividade da economia regional, a par do turismo seria interessante o fomento do investimento em projetos industriais, em atividades transacionáveis, em serviços internacionais, como por exemplo em economia digital, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, etc.

Paralelamente, em relação aos produtos turísticos existentes seria de apostar na qualificação e requalificação da oferta dando preferência a adaptações inovadoras nomeadamente para a oferta do turismo sénior; melhorar as acessibilidades, turismo de saúde, turismo cultural e de eventos desportivos.

De acordo com os dados disponíveis relativos a 2014, o Algarve registou cerca de 16,4 milhões de dormidas, mais 1,6 milhões face ao ano anterior. 2014 já é considerado “um ano de recordes turísticos” na região. Também pela primeira vez, em 2014, o aeroporto de Faro movimentou mais de seis milhões de passageiros. Apesar da subida para valores recorde no turismo, o consumo de água e tratamento de águas residuais não sofreu aumentos significativos em 2014 face a 2013.

3-Enquadramento do setor

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:

- a. A apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, em outubro de 2014;
- b. A assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- c. A conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 – Plano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho e Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A..

Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

1. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
2. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
3. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
4. Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos municípios até ao final de 2014.

A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- **PENSAAR 2020** - que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;
- **POSEUR** - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;

- **Regulação Económica** - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço dos estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor; da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas;
- **Reorganização do setor de titularidade Estatal** - materializada na reestruturação territorial e corporativa do grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais quer na componente de articulação com os diferentes stakeholders.

Reprivatização do setor dos resíduos

Quanto ao processo de reprivatização do setor dos resíduos, que a 31 de dezembro de 2014 se encontrava a aguardar a pronúncia das Autoridades da Concorrência, iniciou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, tendo o respetivo caderno de encargos sido aprovado em 8 de abril, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2014.

O anúncio do concurso público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, JO/S 882, de 26 de abril de 2014, sob o n.º 2014/S 082-143174 e no Diário da República n.º 71, 2.ª série, de 10 de abril de 2014, através do Anúncio de Procedimento n.º 1988/2014.

O prazo de apresentação de propostas não vinculativas terminou a 20 de maio, tendo sido recebidas sete propostas não vinculativas, tendo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 36-A/2014, de 5 de julho, determinado todos concorrentes como admitidos a apresentar proposta vinculativa.

No dia 31 de julho, data limite de entrega das propostas vinculativas, foram apresentadas quatro propostas, tendo o vencedor sido escolhido, nos termos do concurso, por decisão do Conselho de Ministro, em 18 de setembro, conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 55-B/2014.

O processo de privatização foi acompanhado, ainda, pela aprovação e homologação de um regulamento tarifário para os serviços de gestão de resíduos, Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, homologada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia e publicada em Diário da República, 2.ª série, em 15 de abril.

Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4-Regulação

Introdução

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, desenvolvidas pelo grupo AdP, são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas está assente nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos sectores onde atuam as empresas que integram o grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do sector quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora.

Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do sector, destacam-se a privatização do sector dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS.

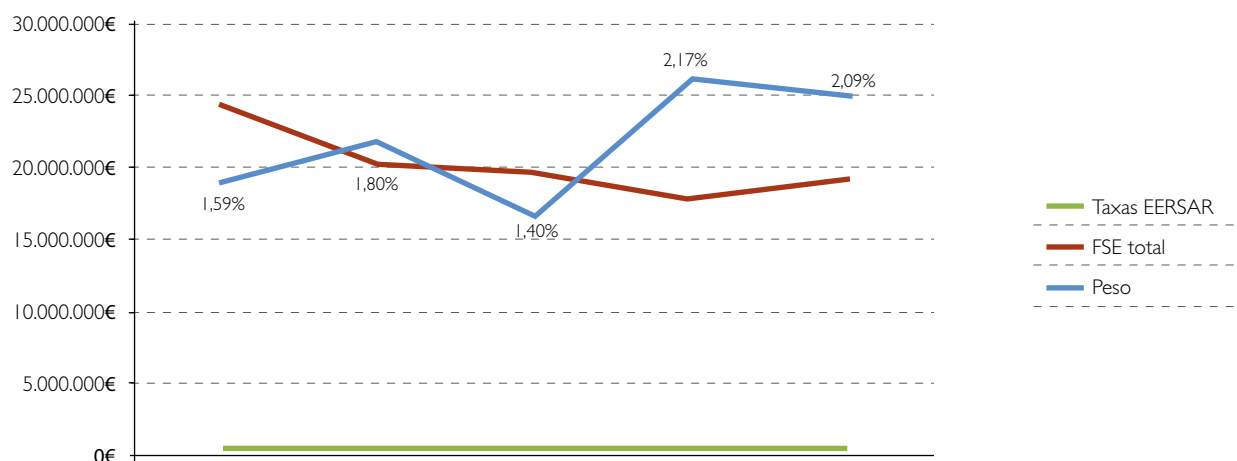
A atuação da Águas do Algarve, S.A., concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas está sujeita ao disposto no Decretos-Leis n.ºs 319/94, de 24 de dezembro e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a Águas do Algarve, S.A. tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas. Em 2014, apesar da continuação do esforço de contenção de gastos operacionais, nomeadamente com os "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE), verifica-se que o peso dos gastos suportados com as taxas da ERSAR (um gasto fixo) assume uma importância relativamente mais expressiva no total dos gastos incorridos pela Águas do Algarve, S.A..

No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela Águas do Algarve, S.A. e as taxas ERSAR em percentagem desses gastos com os FSE, desde 2010.

Relação entre gastos com FSE e taxas da ERSAR



Regulação Económica

Nos termos do disposto no contrato de concessão em vigor, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2014, iniciado em 30 de setembro de 2014, estendeu-se até 22 de janeiro de 2015, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Águas do Algarve, S.A., a(s) tarifa(s) foram aprovada(s) pelo Concedente.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite um mais adequado balanceamento entre os proveitos e os encargos de prestação dos serviços.

Em setembro de 2014 iniciou-se o ciclo orçamental para 2015, não tendo nem a proposta de orçamento nem a proposta tarifária sido aprovadas até 31 de dezembro de 2014.

As propostas de orçamento e tarifas para 2014 e para 2015 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro como dispõem os novos estatutos da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente na maioria das entidades gestoras de sistemas multimunicipais e parcerias Estado-Autarquias, custo do serviço (cost plus) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (superavit), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade ou eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo AdP para 2014 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no Relatório e Contas consolidado de 2014 do grupo AdP.

A Entidade Reguladora apresentou, durante o ano de 2010, uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e superavit) ou desvios de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão, exigem que não se adie por mais tempo o expresso reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

A concretização das soluções preconizadas no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitirá, no âmbito das agregações de sistemas multimunicipais, a definição de regras de registo e recuperação dos desvios tarifários.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

Nos termos da legislação, a Águas do Algarve, S.A. está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela Águas do Algarve, S.A..

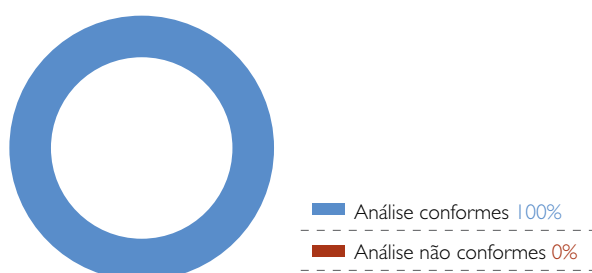
A Águas do Algarve, S.A. nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, deve elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

O PCQA de 2014 da Águas do Algarve, S.A. foi submetido em 13/09/2013 e aprovado em 14/10/2013 pela ERSAR.

Em 2014, no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 6.412 análises, sendo que não foram detetados incumprimentos aos valores paramétricos.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Qualidade da água fornecida em 2014



Pela segunda vez em 2014, a Entidade Reguladora atribuiu selos de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”, a várias entidades, entre as quais foi distinguida a Águas do Algarve, S.A..

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2007 que a Águas do Algarve, S.A. reconheceu no Plano de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

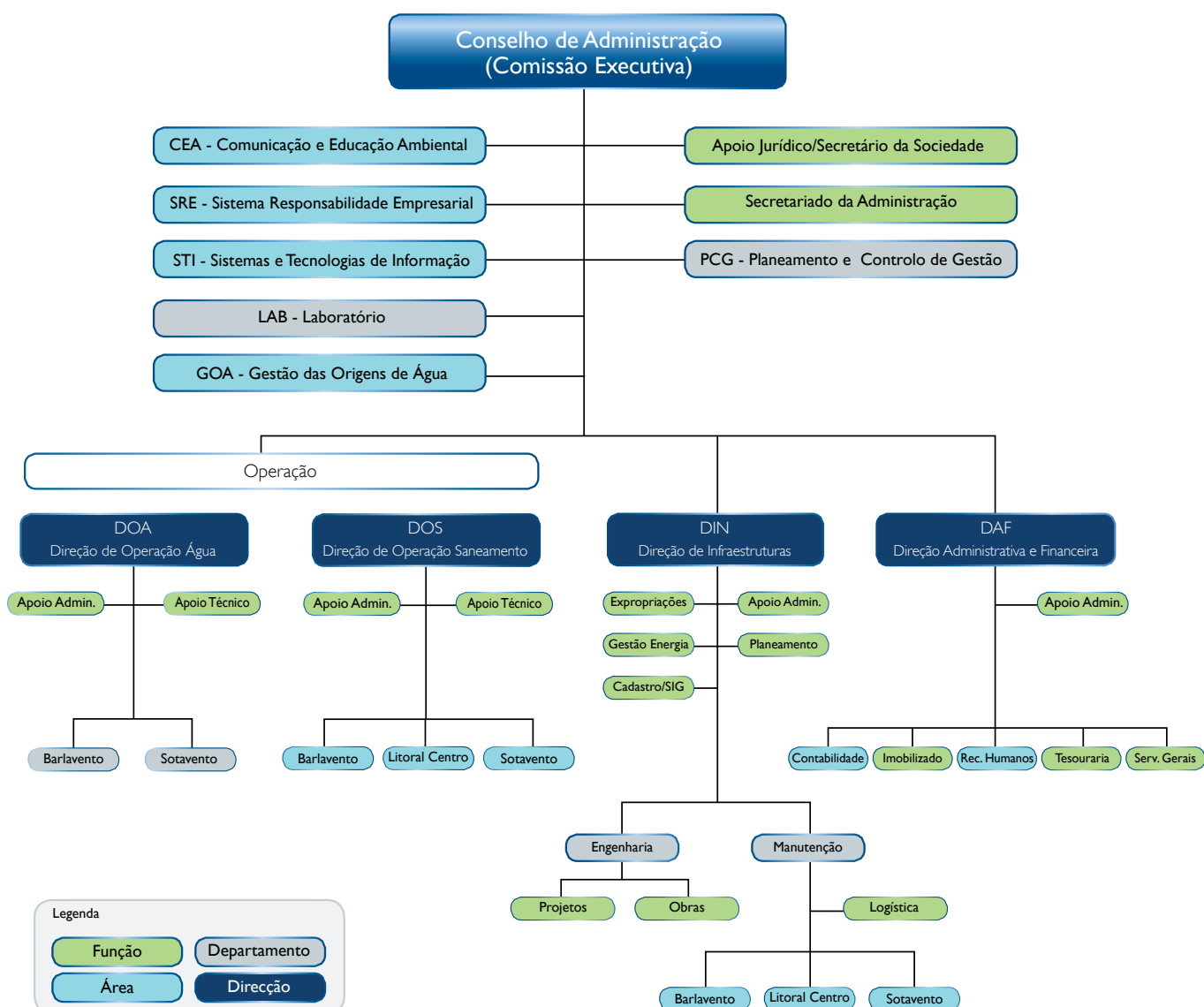
A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50% do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas do grupo AdP estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

5-Estrutura organizacional



Para o desempenho das suas atividades a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

No que concerne às atribuições dos órgãos internos, são as que a seguir se descrevem:

5.1. Secretariado de administração - SEC

Órgão cujas competências e responsabilidades são:

- Secretariar o conselho de administração e a comissão executiva;
- Difundir das deliberações do conselho de administração e da comissão executiva;
- Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida e;
- Assegurar a logística das reuniões preparando a documentação de suporte e as convocatórias.

5.2. Apoio jurídico / Secretário da sociedade

Órgão de apoio com as seguintes atribuições e competências:

- Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
- Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
- Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada;
- Secretariar as reuniões do conselho de administração e da comissão executiva;
- Monitorizar o cumprimento das deliberações do conselho de administração e da comissão executiva e;
- Assessorar a administração nas relações e obrigações estatutárias com os órgãos sociais da empresa.

5.3. Planeamento e controlo de gestão - PCG

Órgão de apoio à Administração a quem compete assegurar o planeamento e o controlo de gestão, garantir a elaboração do orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a permanente atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa.

Prepara o Relatório e Contas Anual de acordo com as orientações da Administração e da Holding.

Proporciona atempada e de forma fiável toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante o concedente.

Outras competências:

- Promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais;
- Assegurar a gestão da carteira de seguros da Empresa;
- Promover e coordenar a elaboração e negociação do orçamento e projeto tarifário;
- Coordenar e acompanhar as candidaturas a subsídios ao investimento;
- Promover coordenar e desenvolver os sistemas de gestão de informação para a gestão global da empresa abrangendo as diversas áreas funcionais e os vários níveis de decisão e;
- Coordenar, em articulação com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, os processos de avaliação de risco empresarial e de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

5.4. Projetos especiais - PE

Órgão criado com o objetivo de, para cada um dos projetos de atividade, assegurar o seu estudo técnico-económico e desenvolver, em articulação com as restantes áreas da empresa, a sua execução:

- Projeto Odelouca;
- Projeto de intervenção nos sistemas municipais de água e saneamento.
- Projeto de implementação das "Baixas"

5.5. Comunicação e educação ambiental - CEA

Compete a esta área da Empresa desenvolver e implementar o plano de comunicação global, onde se englobam a comunicação institucional, a educação ambiental, a organização de ações de comunicação interna, as iniciativas de responsabilidade ambiental e a relação com os órgãos de comunicação social.

Tem também como objetivo estratégico, o reforço da notoriedade da Empresa junto dos stakeholders, com especial atenção ao envolvimento da Empresa com a Comunidade servida, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas de comunicação externa, de educação ambiental e de responsabilidade social.

5.6. Sistema de responsabilidade empresarial - SRE

Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do contrato de concessão e dos compromissos assumidos pela empresa.

5.7. Sistemas e tecnologias de informação - STI

Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas de empresa.

Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

5.8. Laboratório - LAB

Trata-se de um órgão de apoio à operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área da monitorização e como garante do escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do plano de controlo da qualidade da água (PCQA) e do cumprimentos dos parâmetros de descarga no saneamento.

Garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

5.9. Gestão das origens de água - GOA

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela administração, a gestão partilhada dos recursos hídricos, de acordo com a legislação aplicável.

Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água.
Participa nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

5.10. Direção administrativa e financeira - DAF

É responsável por assegurar a gestão financeira e contabilística da empresa, de acordo com a estratégia da administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e sua otimização financeira.

Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa.

Gere a tesouraria assegurando a sua rendibilidade, assegurando a existência de liquidez a curto e médio/longo prazo, através de fontes de financiamento sem comprometer a solvabilidade da empresa.

Coordena a implementação de políticas e práticas de gestão de recursos humanos, de forma a incrementar índices de satisfação e produtividade dos colaboradores e otimizar os resultados da Empresa.

É responsável pela coordenação da gestão documental da Empresa, cujas principais atividades se consubstanciam, designadamente, na receção e tratamento de documentação, bem como na recolha, ordenação e centralização de todos os documentos que circulam na Empresa, com a aplicação de normas de funcionamento de arquivos, de acordo com métodos e procedimentos estabelecidos.

5.11 Direção de infraestruturas - DIN

Esta direção é responsável por assegurar a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas.

Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

5.12. Direção de operação água - DOA

Esta direção assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores.

Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes.

Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

5.13. Direção de operação saneamento - DOS

Esta direção é responsável por assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

6-Relações com as partes interessadas

A Águas do Algarve, S.A. considera de extrema importância o envolvimento com as partes interessadas, pelo que definiu vários processos na área da comunicação, para além das obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação.

Pretende-se, assim, estabelecer uma relação de transparência e confiança com o vasto universo de partes interessadas, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do Grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

No sítio da empresa na internet – www.aguasdoalgarve.pt – é possível consultar informação sobre a atividade e o desempenho da AdA, informação ambiental e diversas publicações da empresa.

7-Gestão do capital humano

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Durante o ano de 2014 registou-se uma diminuição de quatro colaboradores, em consequência de cedência de trabalhadores à AdP, SGPS, S.A. e à Câmara Municipal de Lisboa.

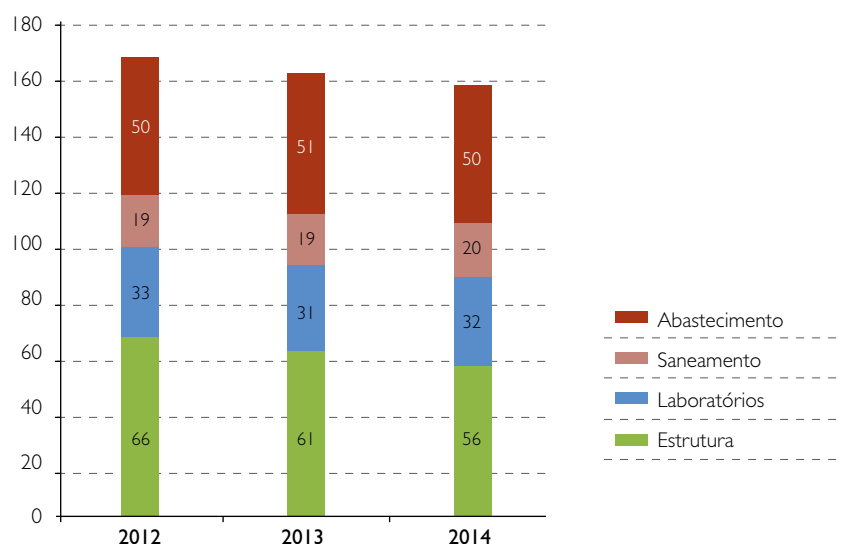
O número total de horas de formação profissional aumentou face a 2013, atingindo um total de 3.620 horas de formação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

Até 2002, a totalidade dos efetivos da Águas do Algarve, S.A. estava afeta unicamente ao setor do abastecimento de água. Com a atribuição da concessão de exploração do saneamento a partir de 2002, a empresa passou a distribuir os seus quadros pelos dois setores, com predomínio do setor do abastecimento, como se pode constatar nos quadros e gráficos seguintes.

Colaboradores por áreas	2012	2013	2014
Abastecimento	50	51	50
Saneamento	19	19	20
Laboratórios	33	31	32
Estrutura	66	61	56
Total	168	162	158

Colaboradores por áreas

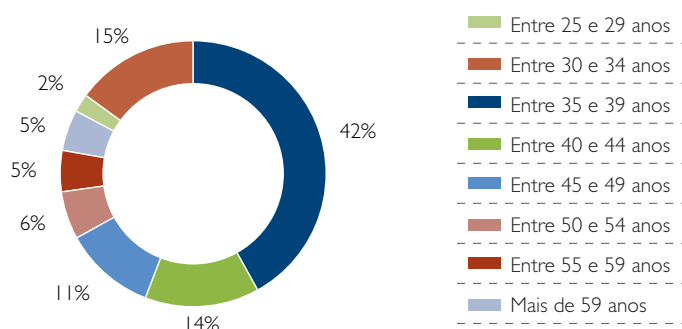


Em 2014, o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 158, menos 4 face a 2013 devido à saída de pessoal.

A estrutura etária dos colaboradores da empresa evidenciou um ligeiro envelhecimento em 2014, com a idade média a subir para 41 anos consequência da estabilização do quadro de pessoal. A classe etária dos 35 aos 39 anos continua a ser a dominante na empresa com 42% dos colaboradores.

Colaboradores por níveis etários	2012	2013	2014
Entre 18 e 24 anos	0	0	0
Entre 25 e 29 anos	7	5	3
Entre 30 e 34 anos	45	36	24
Entre 35 e 39 anos	61	61	66
Entre 40 e 44 anos	20	21	22
Entre 45 e 49 anos	14	16	18
Entre 50 e 54 anos	5	8	10
Entre 55 e 59 anos	13	10	7
Mais de 59 anos	3	5	8
Total	168	162	158

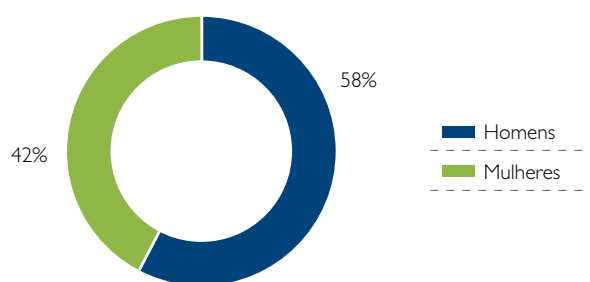
Colaboradores por níveis etários



Em 2014, a distribuição dos colaboradores totais entre homens e mulheres manteve-se também praticamente inalterada, com os homens a representarem 58% do total:

Colaboradores por género	2012	2013	2014
Homens	96	95	92
Mulheres	72	67	66
Total	168	162	158

Colaboradores por género

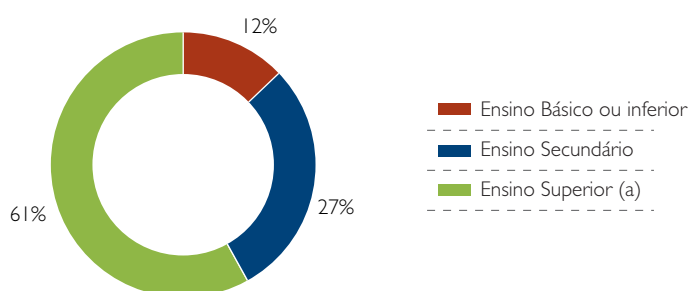


Em 2014, a empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, dos quais cerca de 61% tinha formação de grau superior:

Grau académico dos colaboradores	Nº	%
Ensino Básico ou inferior	19	12%
Ensino Secundário	43	27%
Ensino Superior (a)	96	61%
Total	158	100,0%

(a) Inclui mestrados e doutoramentos

Grau académico dos colaboradores



O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2014

Tempo de trabalho dos colaboradores	2012	2013	2014
Potencial de horas de trabalho	317.688	306.761	295.784
Horas efetivas trabalhadas (sem HS)	295.681	287.842	277.416
Horas de trabalho suplementar (HS)	460	516	526
Horas não trabalhadas (sem férias)	22.007	18.918	18.368
Taxa de absentismo	6,93%	6,17%	6,21%

Motivos do absentismo	2012	2013	2014
Acidentes de trabalho	458	645	176
Doença	2.647	3.822	3.635
Suspensão disciplinar	0	0	0
Assistência a familiares	1.252	1.552	1.530
Maternidade/paternidade	10.877	6.737	6.746
Outras causas	6.774	6.163	6.281
Total	22.007	18.918	18.368

A evolução da taxa de absentismo, principalmente no ano de 2014, é justificada pelas ausências devidas a licenças de maternidade e de paternidade.

Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na

inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

As preocupações ligadas à responsabilidade ambiental e social, segurança e saúde no trabalho, mantêm-se nas prioridades de formação da empresa.

Apesar da conjuntura atual, foi possível, em 2014, aumentar o número de horas de formação relativamente ao ano 2013, tendo-se atingido um total de 3.620 horas de formação.

Número de horas de formação	Horas	%
Internas	713	20%
Externas	2.907	80%
Total	3.620	100%

Seguro de saúde

A 31 de dezembro de 2014, todos os colaboradores da empresa estavam abrangidos por um dos dois planos de saúde existentes, extensivos ao agregado familiar – cônjuge e filhos até aos 25 anos.

Existe um plano complementar do sistema nacional de saúde, que se traduz num seguro de saúde abrangendo 162 colaboradores. Todos os novos colaboradores só são abrangidos pelo plano de seguro de saúde após efetividade.

Segurança no trabalho dos prestadores de serviços externos

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, trabalham para a Águas do Algarve, S.A. é, desde sempre, uma preocupação desta Empresa, assegurada em grande parte pela implementação do Sistema de Gestão da Segurança de acordo com o referencial OHSAS 18001, que veio assegurar a melhoria contínua das condições de trabalho e a minimização dos riscos das atividades desenvolvidas nas infraestruturas da Águas do Algarve, S.A.

Relativamente ao ano de 2014, os índices de sinistralidade da Águas do Algarve, S.A. mantêm-se baixos e com pequena expressão, tendo diminuído o número de acidentes face ao ano anterior, de 6 para 2. O número de dias de baixa relacionado com os acidentes também diminuiu de 106 para 19, sendo que estes dias tiveram origem num acidente de viação. No que concerne aos Prestadores de Serviços, e não havendo registo de nenhum acidente grave, o número de acidentes aumentou de 25 para 33 e os dias de baixa de 341 para os 505.

8-Análise económica e financeira

Situação económica

Relativamente à área de negócio do abastecimento de água, verificou-se um acréscimo da água faturada, em volume, na ordem de 1,6%, e em termos de faturação, o acréscimo foi de 1,68% que atingiu os 30,53 milhões de euros.

A justificação para o acréscimo da faturação, do abastecimento, face ao ano anterior está relacionada exclusivamente com o efeito positivo do aumento dos caudais faturados (+1,7%, ou seja +0,5 milhões de euros).

Na área de negócio do saneamento, verificou-se um acréscimo da faturação, em volumes, na ordem de 0,4%, e em termos de faturação, verificou-se um acréscimo foi de 1,23%, ou seja, um aumento de 0,29 milhões de euros, fazendo com que o valor das prestações de serviços atingisse os 23,3 milhões de euros.

Proveitos e ganhos	2014	2013	Varição	%
Vendas	30.529.122	30.025.965	503.157	1,68%
Prestação de serviços	23.292.835	23.009.456	283.380	1,23%
Subsídios ao investimento	4.904.998	4.328.050	576.948	13,33%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	530.635	509.900	20.735	4,07%
Rendimentos financeiros	5.272.369	3.142.149	2.130.220	67,79%
Total de Proveitos	64.529.959	61.015.520	3.514.439	5,76%

Em termos gerais, os proveitos e ganhos subiram 3,5 milhões de euros, ou seja, cerca de 5,8% face a 2013.

As rubricas de ganhos e rendimentos tiveram todas uma execução positiva face a 2013, merecendo especial destaque o aumento dos rendimentos financeiros com mais 2,1 milhões de euros do que em 2013 motivado principalmente pelo reconhecimento de juros de mora devidos pelos clientes no âmbito dos processos de injunção em curso.

Gastos e perdas	2014	2013	Varição	%
Custo das matérias consumidas	2.068.482	1.864.398	204.084	10,95%
Fornecimentos e serviços externos	18.948.462	18.097.717	850.745	10,31%
Gastos com o Pessoal	4.735.769	5.027.034	-291.264	-5,79%
Perdas por imparidade e reversões	587.398	223.234	364.165	163,13%
Outros gastos e perdas operacionais	515.811	744.562	-228.750	-30,72%
Amortizações e depreciações do exercício	17.936.981	17.054.604	882.377	5,17%
Provisões e reversões do exercício	519.828	0	519.828	0,00%
Gastos financeiros	10.510.142	12.373.886	-1.863.744	-15,06%
Imposto do Exercício	3.567.896	2.531.518	1.036.378	40,94%
Total de Gastos	59.390.769	57.916.951	1.473.818	2,54%

Pese embora a excelente evolução dos encargos financeiros, em termos globais, as rubricas de gastos e perdas também aumentaram 1,5 milhões de euros, ou seja 2,54% face a 2013.

As rubricas que mais contribuíram para esta evolução desfavorável foram os impostos de exercício, as amortizações, os FSE e o CMVMC. Em sentido contrário, registou-se uma quebra nos gastos com o pessoal devido à reposição em 2013 dos subsídios de férias relativos ao ano de 2012 e ainda na rubrica de "Outros gastos e perdas operacionais" motivado por um menor nível de gastos em Imposto do Selo e IMI. De salientar que em 2014 o nível de pagamento de indemnizações por rescisões desceu bastante (-0,123 milhões de euros).

Durante o exercício de 2014 foram registados mais 0,9 milhões de euros em encargos relativos a provisões e perdas por imparidade, do que em 2013, para fazer face a riscos existentes no âmbito dos processos judiciais em curso.

A variação das amortizações em cerca de 1 milhão de euros em 2014 face a 2013 deve-se ao aumento da taxa de amortização em face do aumento dos volumes de caudais faturados, nos quais se incluem os caudais subjacentes à faturação do diferencial de valores mínimos garantidos.

O aumento dos gastos com matérias-primas (reagentes) é explicado pelo aumento dos preços unitários das respectivas matérias.

Os "Fornecimentos e Serviços Externos" tiveram um aumento global de 4,7% face a 2013, com especial destaque para a rubrica de "Energia e Fluidos" cujo aumento foi, face a 2013, de 6,9% (+376.846 euros) e ainda a rubrica de "Subcontratos" em que o aumento, face a 2013, foi de 6,1% (+294.229 euros). Em sentido contrário, verificou-se um decréscimo nos gastos com "Trabalhos Especializados" em 130.781 euros (-2%) face a 2013.

Os "Gastos com o Pessoal", sem considerar os trabalhos para a própria empresa, tiveram um decréscimo de 7,56% (-415.053 euros) face a 2013. Esta rubrica, em termos totais, apresenta um decréscimo de 5,8% devido à redução de colaboradores que ocorreu em 2013.

O valor registado em 2014 a título de imparidades é relativo a à possibilidade de se avançar para contencioso relativo à faturação de valores mínimos garantidos.

A rubrica de "Gastos Financeiros", sem inclusão das capitalizações, teve um decréscimo de 16% (-2.072.800 euros), cuja explicação resulta da diminuição média do nível de endividamento e da obtenção de melhores taxas de juro associadas aos financiamentos. O melhoramento nos prazos médios de recebimentos também contribuíram significativamente para a diminuição dos gastos financeiros.

O aumento dos "Outros rendimentos e ganhos operacionais" está justificada na nota 33 do anexo.

Em termos globais, os gastos e perdas sofreram um aumento de 2,5% (+1.473.818 euros) face a 2013.

Os "Gastos com o Pessoal", sem considerar os trabalhos para a própria empresa, tiveram um decréscimo de 7,56% (-415.053 euros) face a 2013. Esta rubrica, em termos totais, apresenta um decréscimo de 5,8% devido à redução de colaboradores que ocorreu em 2013.

O valor registado em 2014 a título de imparidades é relativo a à possibilidade de se avançar para contencioso relativo à faturação de valores mínimos garantidos.

A rubrica de "Gastos Financeiros", sem inclusão das capitalizações, teve um decréscimo de 16% (-2.072.800 euros), cuja explicação resulta da diminuição média do nível de endividamento e da obtenção de melhores taxas de juro associadas aos financiamentos. O melhoramento nos prazos médios de recebimentos também contribuíram significativamente para a diminuição dos gastos financeiros.

O aumento dos "Outros rendimentos e ganhos operacionais" está justificada na nota 33 do anexo.

Em termos globais, os gastos e perdas sofreram um aumento de 2,5% (+1.473.818 euros) face a 2013.

Situação financeira

Ao nível do ativo líquido total da Águas do Algarve, S.A. registou-se no exercício de 2014 um decréscimo em cerca de 23,8 milhões de euros, ou seja menos 4,36% face ao exercício anterior. Todas as rubricas do ativo, exeto a rúbrica de existências, verificaram decréscimos significativos com especial nota para os clientes e outros devedores onde o decréscimo foi de 11,7 milhões de euros, i.e., -17,5%.

Ativo	2014	2013	Varição	%
Ativos intangíveis	427.538.888	431.102.740	-3.563.852	-0,83%
Ativos fixos tangíveis	1.189.220	1.226.447	-37.227	-3,04%
Investimentos financeiros	8.267.571	8.267.571	0	0,00%
Impostos diferidos ativos	17.260.844	18.268.941	-1.008.097	-5,52%
Clientes e outros ativos não correntes	21.246.723	24.240.414	-2.993.691	-12,35%
Inventários	1.473.814	1.328.038	145.776	10,98%
Clientes	33.934.699	42.629.059	-8.694.360	-20,40%
Estado e outros entes públicos	96.998	352.758	-255.760	-72,50%
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	64.509	-64.509	-100,00%
Outros ativos correntes	3.524.058	6.570.327	-3.046.269	-46,36%
Caixa e seus equivalentes	6.665.678	10.931.291	-4.265.613	-39,02%
Total do Ativo Líquido	521.198.493	544.982.093	-23.783.600	-4,36%

A evolução do capital próprio e do passivo da Águas do Algarve, S.A. é a que consta do quadro que se segue:

Capital próprio e passivo	2014	2013	Varição	%
Capital social	29.290.875	29.230.875	60.000	0,21%
Reservas e outros ajustamentos	2.087.961	1.933.032	154.928	8,01%
Resultados transitados	4.122.726	4.122.726	0	0,00%
Resultado líquido do exercício	5.139.191	3.098.569	2.040.622	65,86%
Total do capital próprio	40.640.752	38.385.202	2.255.550	5,88%
Provisões	598.339	78.511	519.828	
Empréstimos	244.448.080	270.806.938	-26.358.858	-9,73%
Fornecedores	15.593.226	17.255.361	-1.662.135	-9,63%
Impostos diferidos passivos	8.080.278	9.909.589	-1.829.311	-18,46%
Acréscimos de gastos p/ investimentos contratuais	50.575.787	47.024.346	3.551.441	7,55%
Subsídios ao investimento	151.151.619	151.821.583	-669.963	-0,44%
Outros passivos	6.702.415	8.147.704	-1.445.289	-17,74%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.817.742	0	1.817.742	
Estado e outros entes públicos	1.590.253	1.552.860	37.394	2,41%
Total passivo	480.557.741	506.596.891	-26.039.150	-5,14%
Total do capital próprio e do passivo	521.198.493	544.982.093	-23.783.600	-4,36%

Os capitais próprios aumentaram em 2,3 milhões de euros, essencialmente justificado pelo aumento expressivo dos resultados que mais do que cobriu a distribuição de dividendos em 2014 relativo ao exercício de 2013.

O bom desempenho da tesouraria permitiu diminuir os empréstimos em cerca de 25,3 milhões de euros, que por sua vez bastante contribuíram para a descida significativa dos gastos financeiros.

Para fazer face aos investimentos a Águas do Algarve, S.A. recorre essencialmente ao Banco Europeu de Investimentos, registando em 31 de dezembro de 2014 um endividamento total de cerca 244,4 milhões de euros, sendo 204,1 milhões de euros respeitantes a financiamentos do BEI.

No decorrer do ano de 2014, a empresa recebeu cerca de 7 milhões de euros de comparticipação do Fundo de Coesão.

Relativamente à dívida a "Fornecedores e Outros Passivos", verificou-se uma diminuição de 9,6% face a 2013. A variação é explicada, principalmente, pela redução de 1,4 milhões de euros na rubrica de "Fornecedores Conta Corrente", de 1 milhão de euros na rubrica de "Fornecedores de Investimento" e ao aumento na rubrica de "Outros Passivos" de 1,3 milhões de euros referentes à atualização do valor residual da Barragem de Odelouca.

Prazos médios de recebimento e de pagamento

Durante o ano de 2014, os prazos médios de pagamento e de recebimento, em número de dias, tiveram uma evolução bastante positiva, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

PMP / PMR	2013	2014
Prazo médio de pagamentos	224	169
Prazo médio de recebimentos	271	204

A melhoria do prazo médio de recebimentos é justificada pela redução das dívidas dos municípios, que, durante o ano de 2014, diminuiu em cerca de 17,5% face a 2013.

Em relação ao prazo médio de pagamento a sua explicação encontra-se associada ao aumento de liquidez provocada pela redução do prazo médio de recebimentos.

Receitas operacionais

Em 2014, as receitas operacionais aumentaram 1,4 milhões de euros face ao ano de 2013, para 59,3 milhões de euros, decorrente da variação positiva em todas as rubricas.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais aumentaram em 5,3% para 45,3 milhões de euros em 2014, em comparação com 43 milhões de euros em 2013, essencialmente devido aos aumentos nas provisões, imparidades e amortizações, conforme explicação atrás referida.

Os "Gastos com o Pessoal", sem considerar os trabalhos para a própria empresa, tiveram um decréscimo de 3,7% (-0,17 milhões de euros) face a 2013 justificada pela redução do quadro de pessoal. Os gastos com pessoal representaram 8% das receitas operacionais.

EBITDA

O EBITDA aumentou 2,6% em 2014 face a 2013, para 32,9 milhões de euros.

Resultados líquidos

Durante o exercício de 2014, o resultado líquido apurado foi de 5.139.190,72 Euros, o que representa um aumento de 66% face a 2013.

A taxa de rentabilidade dos capitais próprios foi de 12,65% enquanto a rentabilidade do ativo foi de 0,98%.

O resultado líquido por ação foi de 0,88 Euros.

9-Atividade operacional

9.1. Sistema multimunicipal de abastecimento de água do algarve

O ano 2014 caracterizou-se pelo aumento da área de abrangência do SMAAA no concelho de Loulé devido ao aumento da rede em baixa na zona de Almancil.

No concelho de Aljezur, iniciou-se, em 11 de Setembro, o fornecimento de água ao novo Ponto de entrega de Castelo.

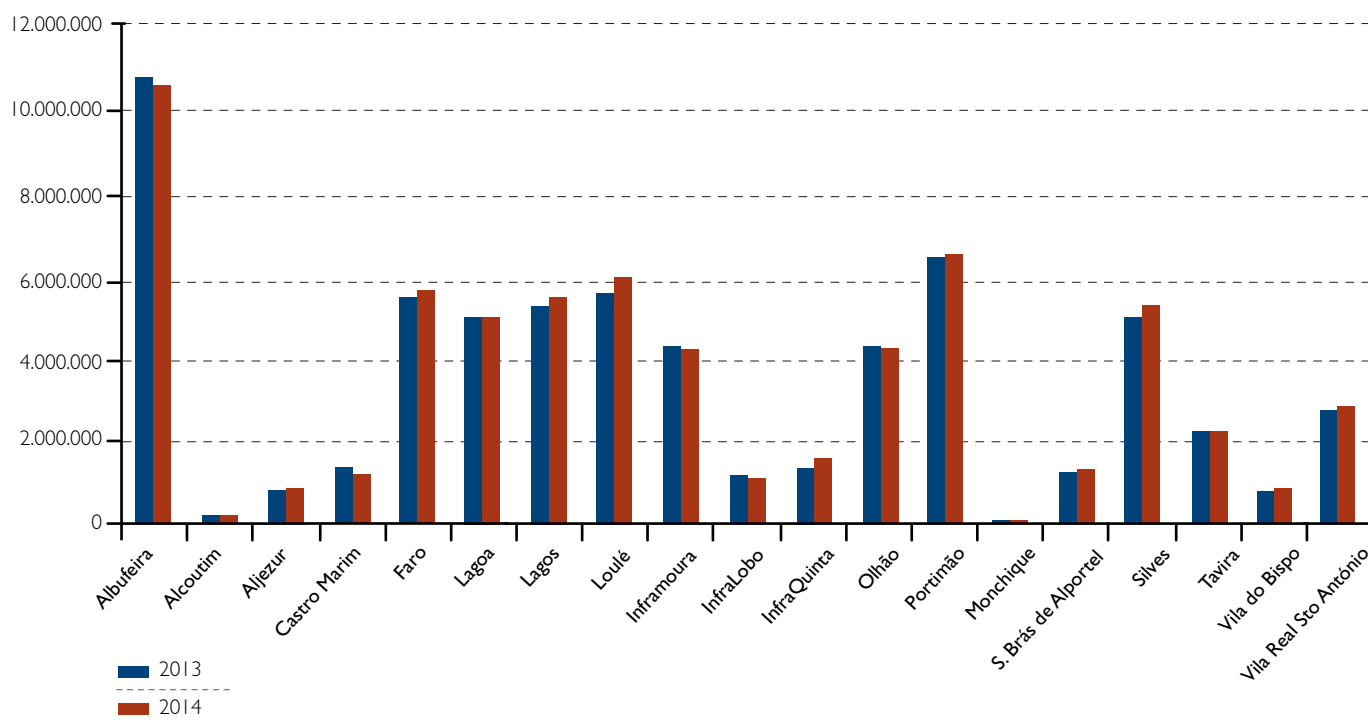
Foi concluída a Estação Elevatória de Pedra d'Água e respetivas condutas adutoras no concelho de Loulé.

O fornecimento total de água faturada aos Utilizadores em 2014 foi de 64.801.545m³, representando um caudal médio diário de água fornecida de 177.540 m³/dia, sendo superior em 1,6% em relação ao ano de 2013. Pela segunda vez consecutiva o fornecimento total de água faturada não superou a soma dos volumes anuais mínimos previstos no Contrato de Concessão para o ano 2014, com um desvio negativo de 3%.

No ano 2014, a água não faturada representou 3,3% no total de 2.233.759 m³ e as perdas reais foram estimadas em 879.286 m³ de água, o que representam cerca de 4,7 m³/km dia.

No ano de 2014 a operacionalidade do SMAAA, não registou qualquer ocorrência que exigisse a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores com conseqüências para o abastecimento público superior a 6 horas.

O Gráfico 1 apresenta a evolução global do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais no ano de 2014 face ao ano 2013.



Mantém-se a forte sazonalidade no abastecimento público do SMAAA em época alta, com um fator de ponta de 1,67.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos volumes fornecidos por Utilizador Municipal verificados no ano 2014.

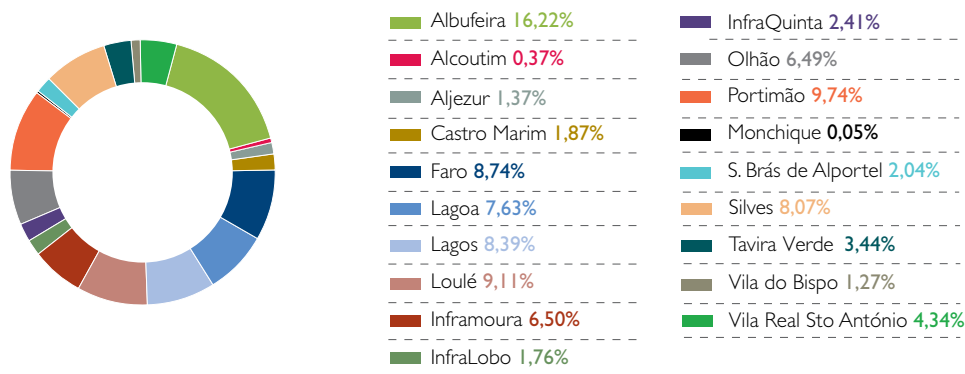


Gráfico 2 - Distribuição do volume de água fornecido em percentagem por Utilizadores durante o ano 2014.

O Município com maior percentagem de água fornecida foi o de Loulé, incluindo as empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando 19,78% da água fornecida no SMAAA.

O Utilizador Municipal com maior volume fornecido foi Albufeira, representando 16,22% da água fornecida no SMAAA.

O Utilizador Municipal com menor volume de água fornecida foi Monchique, representando apenas 0,05% da água fornecida no SMAAA.

Em 2014 realizou-se a transferência de caudais de água tratada através da Interligação Barlavento - Sotavento, com recurso às duas Estações Elevatórias Reversíveis, com um volume total transferido no sentido Sotavento – Barlavento de 4.029.236 m³ de água, o que representa uma diminuição de cerca de 5,3% de água transferida em relação ao ano anterior. Houve transferência de água no sentido Barlavento – Sotavento, no total de 2.561 m³ relacionado com uma intervenção em Quarteira.

A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do SMAAA em 2014 atingiu no mês de Agosto, um valor médio de 60% correspondente a 292.399 m³/dia, superior em 1% ao ano de 2013, tendo-se tratado um volume total de 65.431.184 m³ de água no ano de 2014, representando um aumento do volume de água tratada de 1,5% em relação ao ano anterior.

Qualidade da água fornecida para consumo humano

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo SMAAA no ano 2014, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 100 %, não se tendo verificado no PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR, qualquer incumprimento de acordo com os valores paramétricos (VP) estabelecidos no Decreto - Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto.

Produção e destino final de lamas do tratamento de água

Nas ETA's do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, foram produzidas 5.247,8 toneladas de lamas desidratadas e enviadas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé. 4.712,2 toneladas de lamas representando em relação ao ano anterior um acréscimo de produção de 6% e de 5% nas lamas encaminhadas para valorização.

9.2. Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

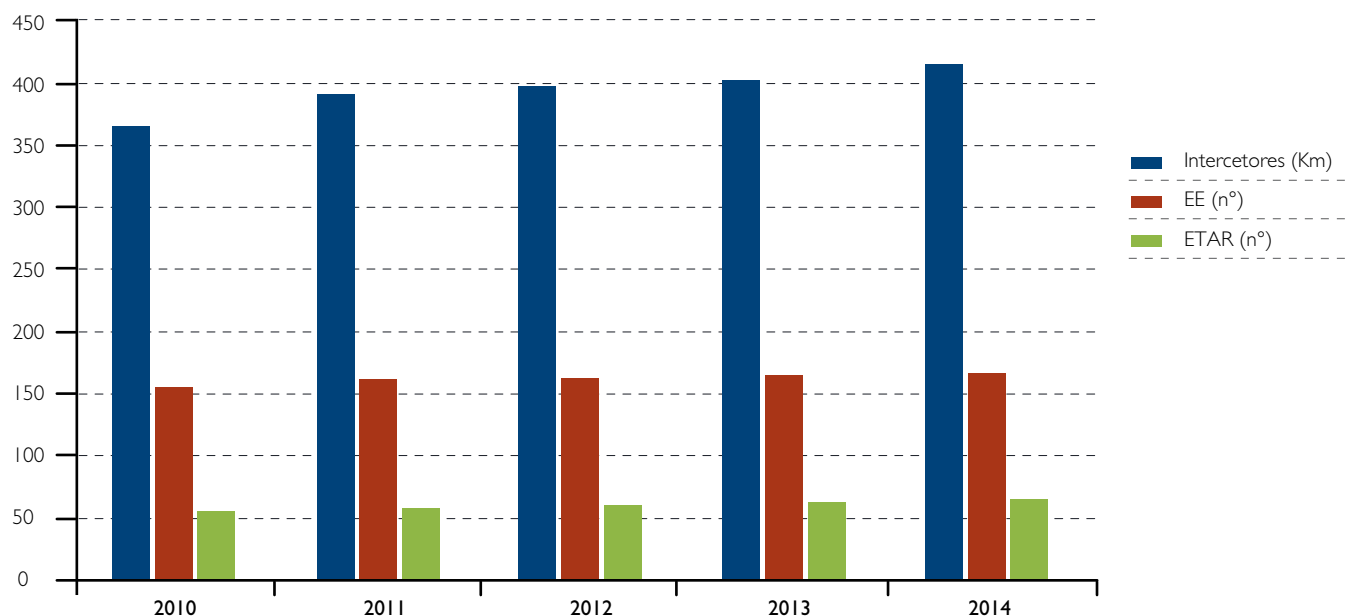
Principais características das instalações

No quadro seguinte, apresentam-se, resumidamente, as infraestruturas em exploração até final de 2014, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR), salientando-se que, no presente ano, entraram em exploração as ETAR de Furnazinhas e de Quinta do Sobral e as EE de Olhos de Água Norte, Olhos de Água Sul e a EE3 da Galé. Esta última EE permitiu a elevação das águas residuais para a ETAR de Albufeira Poente, substituindo a descarga destas no Oceano Atlântico através do emissário submarino da Galé.

	Interceptores (Km)	Estações elevatórias	ETAR
2014	416	168	65

No gráfico seguinte evidencia-se a evolução das infraestruturas exploradas no sistema multimunicipal de saneamento do Algarve em extensão e número, desde 2010 até final de 2014.

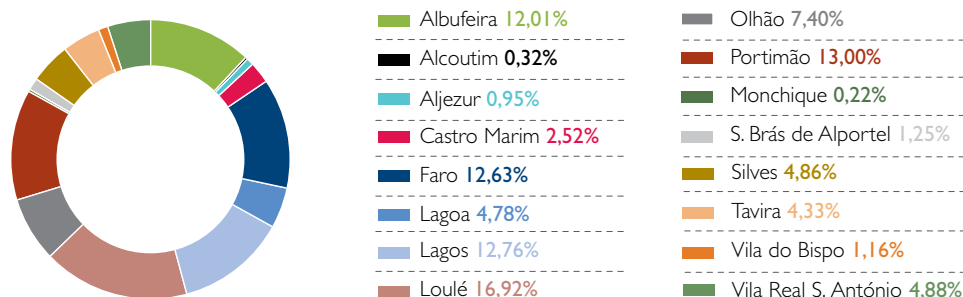
Infraestruturas
(2010-2014)



Volume faturado

Durante o ano de 2014, foi faturado aos Municípios e Empresas Municipais um volume de água residual de 36.111.751 m³, apresentando-se no gráfico seguinte o volume faturado por Município/EM (m³).

Água residual faturada por Município
(%)



9.3.Laboratório

Controlo da água para consumo humano e respetivas origens

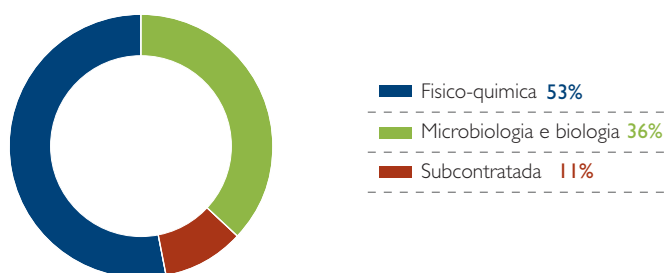
O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da organização mundial de saúde, as especificações da Certificação em Segurança Alimentar (ISO 22000), bem como as especificações da Certificação do produto “água para consumo humano - variante sistemas de abastecimento público em alta”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR.

Para além do controlo de qualidade das águas tratadas para consumo humano, é também efetuada a monitorização da qualidade das águas de origem captadas pela Águas do Algarve, S.A., de acordo com o definido nos Contratos de Concessão (para utilização dos recursos hídricos) e nas licenças de captação (de águas subterrâneas e superficiais), no âmbito da Diretiva Quadro da Água.

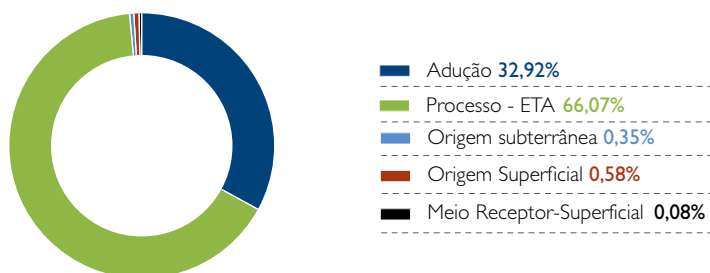
Todo o controlo analítico necessário para garantir não só o cumprimento destes referenciais, como também a verificação da qualidade da água captada, produzida e distribuída, é assegurado pelo Laboratório da AdA, que garante a implementação e realização de todas as colheitas e análises, em conformidade com os respetivos planos analíticos (legais e operacionais).

Para a monitorização da qualidade da água, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragens com cerca de 260 pontos de colheitas, relativos ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA) e respetivas origens, tendo analisado em 2014 um total de cerca de 93 300 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), para as matrizes de águas de consumo humano e águas naturais. Das análises realizadas ao SMAAA e respetivas origens, apenas cerca de 11% foram subcontratados a outros Laboratórios.

Determinações analíticas no SMAAA, por área técnica



Distribuição da amostragem por tipo de pontos de colheita no SMAAA

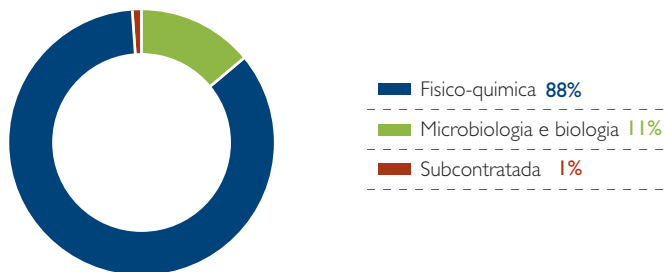


Controlo das águas residuais

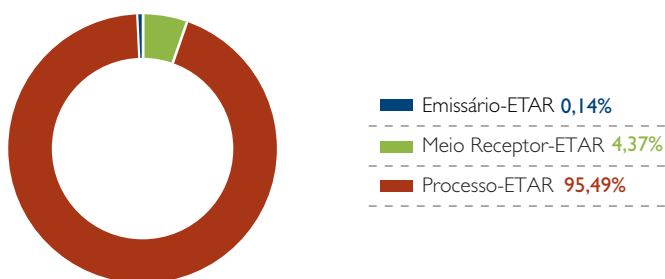
O Laboratório da Águas do Algarve é, desde 2012, responsável pela monitorização da qualidade das águas residuais geradas no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA), nomeadamente pelas análises de cumprimento legal das licenças de descarga de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da Região do Algarve, e também pelas análises de controlo operacional relativas às ETAR da zona centro do Algarve.

Para monitorização dos planos analíticos sob a sua responsabilidade, o Laboratório da AdA possui uma rede de amostragens de cerca de 350 pontos de colheita relativos ao SMSA, que inclui ETAR's, meios recetores de descarga de efluentes e um emissário. Em 2014, efetuaram-se cerca de 29 200 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), para esta matriz. Tal como no ano anterior, a subcontratação de análises de águas residuais não teve expressão, correspondendo apenas a 0,6% de todas as análises realizadas.

Determinações analíticas no SMSA, por área técnica



Distribuição da amostragem por tipo de pontos de colheita no SMSA



Atividade complementar - venda de análises para clientes externos

De acordo com o despacho do Concedente o Laboratório da AdA encontra-se desde 2012 autorizado para o exercício da atividade complementar de realização de análises laboratoriais para clientes externos.

Ao abrigo desta autorização, foi celebrado no início de 2012, um Protocolo de prestação de serviços de análises com a empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA), que se manteve durante o ano de 2014. Adicionalmente, foram também realizadas análises para outros clientes externos pontuais.

Estima-se que do total das análises realizadas durante o ano de 2014, cerca de 6% corresponderam a análises realizadas para clientes externos.

Métodos implementados no Laboratório da AdA

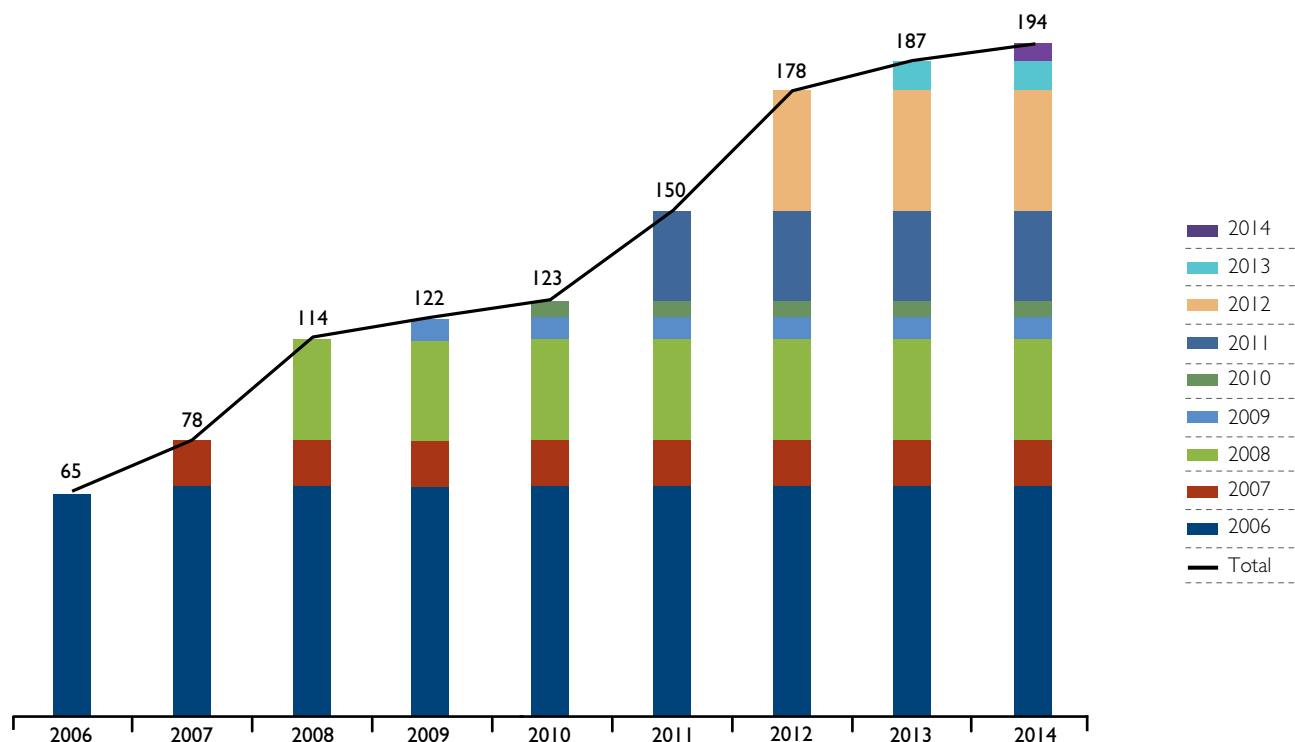
Com o objetivo de garantir o controlo da qualidade da água e dos efluentes líquidos, o laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 160 parâmetros, aos quais correspondem cerca de 300 técnicas analíticas disponíveis para a realização de análises em águas de consumo, águas naturais e águas residuais.

Accreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares e legais aplicáveis ao setor - análises de águas e efluentes, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025.

Neste sentido, e de forma a dar resposta às exigências de monitorização dos planos analíticos contratualmente estabelecidos com os seus clientes (internos e externos), durante o ano de 2014, foi solicitado ao IPAC a extensão do âmbito da acreditação para 7 novas técnicas analíticas.

Evolução do número total de ensaios acreditados



Para além das 194 técnicas analíticas acreditadas, o Laboratório da AdA manteve também a acreditação na área da amostragem de parâmetros físico-químicos, microbiológicos e biológicos, para as matrizes - águas destinadas ao consumo humano e águas naturais.

Controlo de qualidade externo do Laboratório

O Laboratório da AdA participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo. Este tipo de ensaios permitem comparar os desempenhos entre Laboratórios ao nível mundial, e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório da AdA. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação, os resultados dos ensaios permitem também validar as metodologias de análises, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. O Laboratório da AdA tem tido, sistematicamente, excelentes desempenhos ($\geq 95\%$) nos referidos ensaios de intercomparação laboratorial.

Apresentações, Protocolos e Projetos

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 /Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, tendo a responsabilidade de coordenação. Neste âmbito está também envolvido no projeto PREPARED (Projeto Europeu com a vertente Plano de Segurança do Ciclo da Água), participa no grupo de trabalho da AdP para o PSA, tendo ainda entrado em coautoria em várias comunicações e posters em congressos nacionais e internacionais.

No âmbito da participação em congressos e encontros técnicos, o Laboratório da AdA marcou a sua presença no workshop da Eurachem "Quality in Analytical Measurements", organizado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em cooperação com a CITAC e Relacre, com a apresentação do poster "Validation of nickel quantitative analysis using ICP-OES with an ultrasonic nebulizer".

Para além de workshop o Laboratório da AdA participou também no Congresso Mundial da Água, organizado pela IWA em Lisboa, com a apresentação do poster “Analytical methods for monitoring of Emerging Hazards in Water”,

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA, manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

Privilegiando a política de colaboração com outras empresas do grupo Águas de Portugal, SGPS, SA, foi estabelecida, desde 2011, uma colaboração com a empresa Águas do Noroeste, S.A (AdNW) e Águas do Mondego (AdM), ao abrigo do qual se realizaram auditorias internas aos Laboratórios AdNW, AdM e AdA no âmbito da norma NP EN ISO/IEC 17025. Para além do apoio, e troca de conhecimentos entre empresas do grupo, esta cooperação teve como objetivo uma redução de custos com as auditorias internas dos laboratórios.

No âmbito dos projetos de I&D o Laboratório da AdA integra, desde 2013, a equipa de trabalho do Projeto I&D SAFEWATER “Improving drinking water security management and mitigation in large municipalities against major deliberate, accidental or natural CBRN-related contaminations”, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma plataforma informática de gestão da qualidade da água que inclua toda a informação de sensores “on-line” e resultados analíticos de laboratório, bem como informação relevante de dados do processo de tratamento. Este projeto integra-se no Programa de financiamento FP7, da UE, tendo parceiros de diversos países entre os quais Alemanha, França, Israel, Suíça e Reino Unido.

Ainda no âmbito da participação em projectos de I&D, o Laboratório da AdA integra também a equipa de trabalho do projeto “LIFE HyMemb - Tailoring hybrid membrane processes for sustainable drinking water production (ref. LIFE12 ENV/PT/001154)” associado ao Programa LIFE+, aprovado pela União Europeia. Este projeto é coordenado pelo LNEC, teve início em janeiro 2014, e tem uma duração prevista de 3 anos. O objetivo deste projeto é o de tipificar cenários e elaborar recomendações de utilização da tecnologia de membranas cerâmicas, num processo híbrido inovador que utiliza microfiltração e carvão ativado em pó, para produção de água para consumo humano em Portugal e na Europa.

9.4. Manutenção

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2014 o Departamento de Manutenção deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

No ano de 2014, realizaram-se 14.119 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETA's, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 14.020 equipamentos.

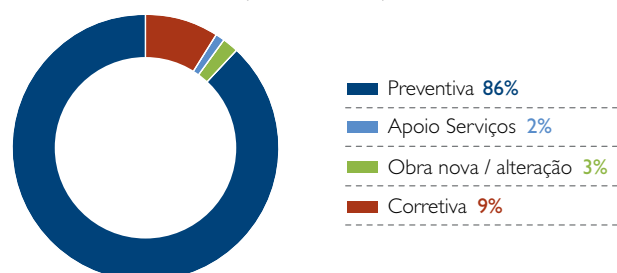
Em 2014, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%.

De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.176 intervenções Preventivas e 143 intervenções Corretivas, que originaram 22.385 ensaios comparativos com Padrão.

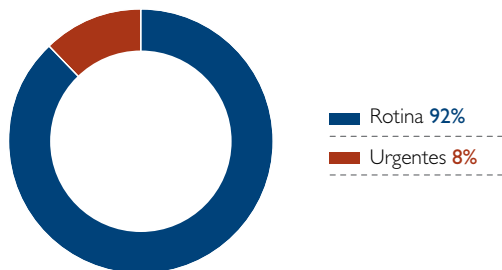
Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Horas-Homem por Tipo de Trabalho

(Abastecimento)



Grau de Urgência-Ordens de Trabalho (Abastecimento)



Relativamente ao ano anterior, tivemos um aumento em 2% da mão-de-obra em manutenção Corretiva, fixando-se em 9% em 2014, correspondendo a igual redução na mão-de-obra utilizada em manutenção Preventiva, passando para 86% em 2014.

O número de intervenções Urgentes manteve os mesmos valores de 2013, mantendo-se em 8%, relativamente às intervenções de Rotina.

Tipo trabalho	2010 (HH's)
Preventiva	58 195
Apoio a serviços	1 120
Obra nova / alteração	2 172
Corretiva	6 439
Total de Horas	67 926

Grau de urgência	2010 (OT's)
Rotina	12 925
Urgência	1 194
Total de OT's	14 119

No sistema multimunicipal de saneamento do Algarve, o departamento de manutenção assume a responsabilidade da gestão da manutenção para as zonas mais críticas (Zona 2 e Zona 3).

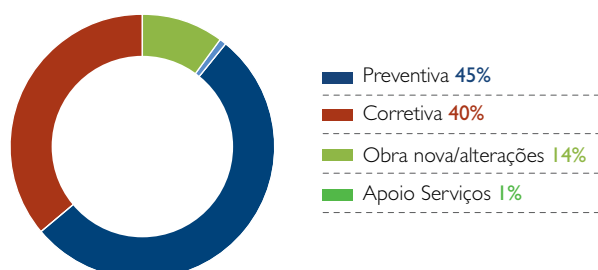
Na Zona 2 e 3 estão localizadas 24 ETAR's e 71 Estações Elevatórias de Águas Residuais.

No âmbito destas instalações, no ano de 2014 realizaram-se 7.048 intervenções num total de 9.967 equipamentos instalados.

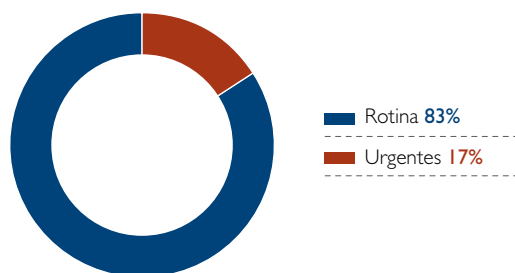
Ao longo do terceiro ano dos Contratos de Outsourcing para estas zonas, continuaram a ser implementados os Planos Preventivos ajustados durante os anos anteriores, em função dos novos procedimentos contratuais para a manutenção e adaptados às necessidades atuais dos Sistemas.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Horas-Homem por Tipo de Trabalho (Saneamento)



Grau de Urgência-Ordens de Trabalho (Saneamento)



Relativamente ao ano anterior, tivemos uma redução da mão-de-obra em manutenção Corretiva de 50% para 40%, em parte fruto do aumento da mão-de-obra em manutenção Preventiva que passou de 39% em 2013 para 45% em 2014. Ouve ainda um aumento de 3% em mão-de-obra utilizada em alterações/melhorias, no âmbito da melhoria contínua das instalações de saneamento. O nº. de intervenções Urgentes manteve os mesmos valores de 2013, mantendo-se em 17%, relativamente às intervenções de Rotina.

Tipo trabalho	2010 (HH's)
Preventiva	12 833
Apoio a serviços	362
Obra nova / alteração	3 959
Corretiva	11 627
Total de Horas	28 781

Grau de urgência	2010 (OT's)
Rotina	5 875
Urgência	1 173
Total de OT's	7 048

9.5. Investimento

Os investimentos são sempre uma área relevante no que concerne à concretização dos compromissos assumidos quer para a Concessão relativa ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), quer para a relativa ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, tendo-se no ano de 2014 alcançado uma realização física de 8,7milhões de euros. Esta realização de investimentos não atingiu a totalidade dos valores previstos em orçamento, devido maioritariamente, às imposições financeiras verificadas nos anos transatos, 2011 a 2013, associado também aos atrasos dos procedimentos de contratação pública, tanto ao nível dos lançamentos dos concursos como na fase subsequente de análise e audiência prévia.

É nosso objetivo minimizar este tipo de constrangimentos na realização dos investimentos, principalmente pela via da melhoria e otimização dos fluxos gerados, todavia surgem inevitavelmente novos fatores que travam o cumprimento deste objetivo.

9.5.1. Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve



No decurso do ano de 2014, para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve foi efetuado um investimento de cerca de 4,3 milhões de euros, dando continuidade à materialização de projetos de modo a aumentar a fiabilidade e a área coberta pelo atual Sistema.

Assim, no que concerne à elaboração de estudos e projetos, no ano em análise, temos a indicar os seguintes:

Estudo e Projetos lançados em 2014

- Prestação de Serviços de Consultoria relativa à ETA de Alcantarilha;
- Adaptação do caminho do Porto da Figueira à cota da albufeira da Barragem de Odelouca – Ponte da Linha férrea e aqueduto de linha de água.

Estudo e Projetos em curso em 2014

- Reforço da adução ao concelho de Loulé - Fase 2 e 3;
- Novo Reservatório do Barlavento;
- Reabilitação e Substituição das Condutas Adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
- Nova Conduta DN 500 (Penina).

Estudo e Projetos concluídos em 2014

- Eficiência energética na ETA de Alcantarilha - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo;
- Eficiência energética na ETA de Tavira - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo;
- Reforço da adução ao concelho de Loulé - Fase 1 - Parte 2;
- Adaptação do caminho do Porto da Figueira à cota da albufeira da Barragem de Odelouca – Ponte da Linha férrea e aqueduto de linha de água.

Relativamente às empreitadas lançadas, em curso e concluídas no ano de 2014, referem-se as seguintes:

Empreitadas lançadas em 2014

- Adaptação do caminho do Porto da Figueira à cota da albufeira da Barragem de Odelouca – Ponte da Linha férrea e aqueduto de linha de água;
- Eficiência energética na ETA de Alcantarilha - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo;
- Eficiência energética na ETA de Tavira - Instalação de central fotovoltaica para autoconsumo;
- Execução de Ramais em Média Tensão para a Estação Elevatória da Estibeira e ETAR de São Marcos da Serra;
- Desvio da conduta em FFD DN600 na Avenida Sá Carneiro, em Quarteira;
- EEI Beliche - Fornecimento e instalação de dois Variadores de Frequência (Aquisição de bens e serviços).

Empreitadas em curso em 2014

- Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório da Pedra da Água;
- EEI Beliche - Fornecimento e instalação de dois Variadores de Frequência (Aquisição de bens e serviços).

Empreitadas concluídas em 2014

- Conclusão da construção do novo Ponto de Entrega do Castelo em Aljezur;
- Desvio da conduta em FFD DN600 na Avenida Sá Carneiro, em Quarteira.

9.5.2. Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve



Durante o ano de 2014 foi efetuado um investimento global de cerca de 4,4 milhões de euros para implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no que se refere à execução de novas obras, reabilitações/ampliações e aquisição de infraestruturas de saneamento “em alta” aos Municípios aderentes ao Sistema.

No que respeita aos estudos e projetos são os que se elencam a seguir:

Estudo e Projetos lançados em 2014

- Ligação do efluente da Altura à EE2 do Subsistema de Vila Real de Santo António;
- Construção do Sistema de Interceção de Águas Residuais de Faro e Olhão.

Estudo e Projetos em curso em 2014

- Necessidade de reforço da capacidade de bombagem da Estação Elevatória de Cabanas.

Estudo e Projetos concluídos em 2014

- Conceção da ETAR da Companheira;
- Conceção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres;
- Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres;
- Ligação do efluente da Altura à EE2 do Subsistema de Vila Real de Santo António;
- Conceção da nova ETAR Faro-Olhão (Solução Base);
- Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da ETAR de Faro/Olhão;
- Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

Os dados relativos às empreitadas são os seguintes:

Empreitadas lançadas em 2014

- Execução de muro de gabião para proteção do coletor de Monchique instalado paralelamente;
- Ligação da Freguesia do Algoz ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Conceção e construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres;
- Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres;
- Conceção e Construção da ETAR da Companheira;
- Execução de Ramais em Média Tensão para a Estação Elevatória da Estibeira e ETAR de São Marcos da Serra.

Empreitadas em curso em 2014

- Ligação à ETAR de Vilamoura e EE de Pinhal do Concelho;
- Sistema de Tratamento de Águas Residuais de S. Marcos da Serra;
- Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Conclusão dos Edifícios de Exploração e Manutenção da ETAR de Faro Noroeste;
- Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres;
- Execução de Ramais em Média Tensão para a Estação Elevatória da Estibeira e ETAR de São Marcos da Serra.

Empreitadas concluídas em 2014

- Conceção e Construção da Conduta Elevatória CE3 e Requalificação do Habitat Lagunar da Lagoa dos Salgados;
- Alteração da Solução de Tratamento da ETAR de Vale da Telha;
- ETAR de Vale da Telha - Execução da rede de água pluviais;
- Aquisição de Serviços para Limpeza, Análise e Diagnóstico ao Estado de Conservação do Túnel do Subsistema de Portimão;
- Intervenções no Túnel de Portimão – Troço 8453 A 8455 (Quinta das Palmeiras) e Troço 8446 – 8448.

Integração de Infraestruturas

Quanto à integração de infraestruturas, há a salientar, no período em causa, a aquisição de infraestruturas de saneamento, ao Município de Castro Marim, de forma a dar cumprimento ao definido no Contrato de Concessão no que respeita à integração de infraestruturas municipais.

As infraestruturas integradas no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, em 2014, foram as seguintes:

- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Furnazinhas, Estação Elevatória de Águas Residuais de Furnazinhas e respetivas infraestruturas de transporte, coletor e conduta elevatória;
- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Quinta do Sobral.

10-I&D e Inovação

Em 2014 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a Recomendação ERSAR n.º2/2011. Neste âmbito a AdA organizou em conjunto com a InfraQuinta, o Encontro Técnico sobre Planos de Segurança da Água no Algarve, a 24 de Outubro.

Foi dada colaboração ao projeto URBAN WATER em que a Entidade Gestora Tavira Verde está envolvida, sobre a gestão dos sistemas de abastecimento de água em situações de contingência.

Foi dado início ao projeto com o acrónimo SAFEWATER, financiado pelo 7.º Programa Quadro (FP7) da União Europeia, o qual inclui a utilização de tecnologias avançadas de deteção de contaminantes, tendo a AdA participado em duas reuniões do projeto, com diversas entidades e empresas internacionais do sector:

Foi dado início ao projeto com o acrónimo HYMEMB financiado pelo Programa Life + da União Europeia, sendo o consórcio de projeto entre a AdA e liderado pelo LNEC. Este projeto visa demonstrar a viabilidade e a sustentabilidade da introdução de processos de membrana avançados em estações de tratamento de água, para criar uma barreira mais segura e resiliente contra contaminantes emergentes, diminuindo simultaneamente os impactos ambientais (pegada de carbono, produção de lamas, utilização de reagentes e consumo de energia). Para o efeito, será desenvolvido um processo híbrido inovador que utiliza uma membrana cerâmica de baixa pressão (microfiltração) e carvão ativado em pó, com ensaio ao longo de dois anos à escala piloto na ETA de Alcantarilha. Espera-se que os resultados demonstrem que o processo poderia ser facilmente replicado em estações de tratamento de água de consumo da UE. Foram realizadas reuniões do projeto e uma Oficina colaborativa com os diversos interlocutores do sector:

Foi efetuada uma nova candidatura ao programa Life com o Grupo AdP, do projeto SMART WATER SUPPLY SYSTEM (SWSS). O projeto visa a demonstração de um sistema inovador de gestão de redes de distribuição de água potável, denominado SWSS (Smart Water Supply System), de forma quantificar e disseminar os benefícios gerados pela aplicação deste sistema em contexto operação. Este sistema inovador de gestão de redes de distribuição de água é baseado no controlo preditivo, isto é a estratégia de exploração dos grupos elevatórios será determinada com base na previsão dos consumos de água ao longo do dia, ao invés, do controlo atual baseado nos níveis dos reservatórios (instantâneos). A alteração da estratégia de controlo constitui uma mudança de paradigma na gestão de redes de transporte de água e permitirá alcançar uma otimização energética destes sistemas.

Em 2014 manteve-se a implementação do projeto Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA) no âmbito do PSA. O SGRAA tem como o objetivo identificar os principais eventos perigosos e riscos que possam condicionar o abastecimento contínuo de água aos seus utilizadores, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo. O SGRAA proporá planos de prevenção e mitigação dos mesmos dos riscos identificados, fornecendo dados e informações relevantes para as fases de planeamento, conceção, construção, exploração e manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve.

11-Objetivos de gestão

Os membros de gestão estão sujeitos a critérios de avaliação definidos pela Holding. Em 2014, a avaliação, de acordo com esses critérios, foi de 2,10 o que corresponde a um qualitativo de «adequado» conforme se discrimina no quadro seguinte:

Indicadores de Avaliação 2014	Atingimento	Avaliação
Plano de Redução de Gastos (%)	ATINGIDO	0,40
Dívida comercial de devedores municipais (%)	ATINGIDO	0,30
Degradação da tesouraria de exploração (%)	SUPERADO	0,45
ROCE (%)	NÃO ATINGIDO	0,12
Margem EBITDA (%)	SUPERADO	0,36
Qualidade da Água	SUPERADO	0,21
Qualidade das Águas Residuais	ATINGIDO	0,14
Orientações corporativas	ATINGIDO	0,06
Cumprimento dos prazos de Reporte	ATINGIDO	0,06
		2,10

12-Cumprimento das orientações legais

A Águas do Algarve, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:	X			2,10	Ver ponto 11
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores (dias)	X			-55,00	Relatório de gestão Capítulo 5
Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)		X		não aplicável	Não existiram recomendações
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X	1,00	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão (artº 41º, Lei 83-C/2013)			X	não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória (Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014)	X			-10.496€	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			-7.108□	
Órgãos Sociais - Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	X			-16.345€	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013			X	não aplicável	(Nota 1)
Restantes trabalhadores - redução remuneratória (Lei 83-C/2013 e Lei 75/2014)	X			-158.194□	
Proibição de valorização remuneratória (Lei 83-C/2013)	X			0€	
Art.º 32 do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			não aplicável	Não existem cartões de crédito atribuídos
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			não aplicável	Não existem despesas de representação pessoal
Contratação Pública:					
Normas de contratação pública	X			não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	não aplicável	Não foi submetido nenhum contrato prévio ao TC
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			não aplicável	Ver ponto 12, página 58
Parque Automóvel	X			não aplicável	
Plano de Redução de Custos, nos termos dos art.60º e 61º da Lei 83-C/2013:					
Redução de Gastos Operacionais			X		(Nota 2)
Redução de Gastos com Comunicações e Deslocações			X		(Nota 2)
Redução dnº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº Efetivos			X	não aplicável	(Nota 2)
Nº de cargos dirigentes			X	não aplicável	(Nota 2)
Princípio da Unidade de Tesouraria			X	não aplicável	(Nota 2)
Limites ao Endividamento (DL 133/2013)			X		(Nota 2)
Princípio de igualdade do Género	X			não aplicável	

(nota 1) A redução do valor do contrato foi elaborada em 2012 para o mandato 2012-2014. O valor pago em 2014 foi igual ao de 2011

(nota 2) A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP, SGPS, SA

Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução trimestral do prazo médio de pagamentos.

PMP (dias)	2013				2014				Variação
	1.ºT 2013	2.ºT 2013	3.ºT 2013	4.ºT 2013	1.ºT 2014	2.ºT 2014	3.ºT 2014	4.ºT 2014	
Prazo (dias)	306	290	282	224	204	193	176	169	-33%

A Águas do Algarve, S.A., por intermédio da AdP, SGPS, S.A., aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial.

Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de Abril; DL 133/2013)

É apresentado, no ponto B – 7, um quadro com os indicadores de gestão

Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS, S.A..

Determinações sobre remunerações

A Águas do Algarve, S.A. deu cumprimento integral à legislação, instruções e recomendações existentes, nomeadamente, ao previsto na Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014 (ver quadro no início do capítulo).

Determinações sobre o artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

A Águas do Algarve, S.A. deu cumprimento às determinações constantes no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (ver quadro no início do capítulo).

Compras, contratação pública e medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo.

Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada. Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com benefícios

apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS, S.A..

Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 - SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, S.A., no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, S.A., em nome das empresas do grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do grupo AdP através do Despacho n.º 2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

Percentagem de cash depositado no IGCP - Eficiência			
Por tipo de aplicação	Total	IGCP	Outros
Médio e longo prazo	35,26%	80,53%	4,67%
Curto prazo	64,74%	19,47%	95,33%
Total	100%	100%	100%

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS, S.A..

Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género

Nos termos da legislação em vigor, as entidades do Setor Empresarial do Estado devem adotar medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidade entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Assim, o grupo AdP elaborou uma Política e um Plano de igualdade com um período de vigência que decorre entre 2014 e 2018 e que a Águas do Algarve, S.A. subscreveu na íntegra. A execução das ações previstas neste Plano é controlada anualmente.

13-Perspetivas para o Futuro

O País e todas as empresas do Grupo AdP encontram-se numa fase de grandes mudanças, na qual a Águas do Algarve, S.A. também é invariavelmente afetada. Se a estabilidade económica do País ainda está pouco consolidada, nós como empresa queremos continuar a enfrentar os desafios futuros com a mesma força, com o mesmo animo que sempre nos orientou, assegurando com toda esta nossa postura, a continuidade da prestação e serviço público de qualidade no fornecimento e água e de recolha e tratamento de águas residuais, nas melhores condições, no que toca à qualidade e preço na área por nós servida.

Por um lado a reestruturação do sector, em particular pela fusão das empresas que integram o Grupo AdP (harmonização entre litoral e interior), por outro o regulador (ERSAR) que viu aumentada a sua atuação, competências e independência, constitui assim, mais um desafio para ambas as entidades, reguladoras e reguladas.

Em paralelo temos também como desafio toda a mudança da regulação económica, já devidamente explicada neste Relatório.

Proseguiremos empenhados na melhoria contínua dos serviços prestados, na minimização e controlo dos aspetos e impactes ambientais da nossa atividade e na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, mantendo a certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial, em todas as suas vertentes: Qualidade, Ambiente, Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social, Segurança Alimentar, certificação do Produto e ainda a acreditação do Laboratório. Perspetivamos também o alargamento do Sistema de Responsabilidade Empresarial à ISO 50001 (Sistemas de Gestão de Energia).

As tarifas a aplicar em 2015 já foram aprovadas pela ERSAR, à data de elaboração deste relatório, e os valores continuam os mesmos de 2014 (0,4710€/m³ e 0,6304€/m³ para o abastecimento e saneamento, respetivamente).

14-Fatos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram posteriormente ao encerramento do exercício factos materialmente significativos que ponham em causa a expressão das demonstrações financeiras que acompanham este Relatório de Gestão ou que mereçam especial referência neste capítulo.

15-Sucursais da Sociedade

A empresa Águas do Algarve, S.A. não possui sucursais.

16-Considerações Finais

Face a estas considerações, o Conselho de Administração da Águas do Algarve SA., está consciente de ter alcançado todos os objetivos previstos, como o demonstram os indicadores obtidos.

Todos estes resultados não poderiam ser alcançados sem a colaboração dum conjunto de entidades e individualidades, a que nos cabe manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento:

- Ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pelo seu elevado contributo para a melhoria do serviço prestado;
- À Agência Portuguesa para o Ambiente, pela disponibilidade sempre demonstrada;
- À Águas de Portugal, SGPS, S.A. o reconhecimento pelo apoio e orientações prestadas;
- Aos Municípios acionistas o profundo agradecimento pela participação empenhada nos diversos aspetos da atividade da Empresa;
- Aos organismos regionais o reconhecimento pela colaboração prestada;
- Aos órgãos sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

A todos os colaboradores da Empresa, que com a sua dedicação, competência, profissionalismo e zelo, tornaram possível a concretização dos objetivos definidos e dos sucessos alcançados durante o ano de 2014.

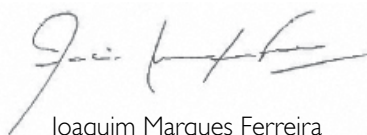
17-Proposta de Aplicação de Resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 5.139.190,72 euros tenha a seguinte aplicação:

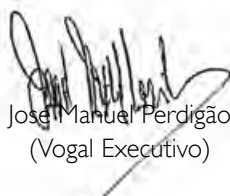
- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 256.959,54 euros;
- Remanescente, no valor de 4.882.231,18 euros para Distribuição de dividendo.

Faro, 26 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração



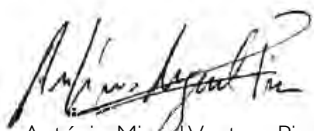
Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



José Manuel Perdigão
(Vogal Executivo)



Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)



António Miguel Ventura Pina
(Vogal)



Carlos Eduardo da Silva e Sousa
(Vogal)

18-Anexo ao Relatório - Estrutura Acionista

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do código das sociedades comerciais vem-se informar que os membros dos órgãos sociais não detêm ações da sociedade e o capital social da Águas do Algarve, S.A. era, em 31 de dezembro de 2014, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte.

Acionistas	Quantidade	Ações Valor	%	Por realizar (Euros)
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	54,44%	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85%	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29%	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57%	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55%	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87%	0
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15%	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40%	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68%	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43%	0
Município de Olhão	123.966	619.830	3,87%	534.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19%	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83%	0
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73%	0
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27%	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90%	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98%	0
Totais	5.858.175	29.290.875	100,00%	534.125

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A..

Nos termos do art.º 66 do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2014:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

19-Relatório dos administradores não executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2014.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

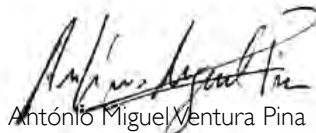
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 26 de Fevereiro de 2015

Os Administradores não executivos,



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração, com funções não executivas)



António Miguel Ventura Pina
(Vogal do Conselho de Administração, com funções não executivas)



Carlos Eduardo da Silva e Sousa
(Vogal do Conselho de Administração, com funções não executivas)



B - Contas do exercício de 2014

Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o conselho de administração da Águas do Algarve, S.A., submeter à apreciação da assembleia geral desta empresa as contas do exercício do ano de 2014.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração de resultados e rendimento integral;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal de contas.

1. Contas individuais do exercício de 2014

1.1 Demonstração da posição financeira

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	Notas	2014	2013
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	427.538.888,07	431.102.739,67
Ativos fixos tangíveis	6	1.189.219,61	1.226.446,98
Investimentos financeiros	7	8.267.571,27	8.267.571,27
Impostos diferidos ativos	8	17.260.843,54	18.268.940,54
Clientes e outros ativos não correntes	9	21.246.723,48	24.240.414,16
Total dos ativos não correntes		475.503.245,97	483.106.112,62
Ativos Correntes			
Inventários	10	1.473.813,93	1.328.037,60
Clientes	11	33.934.698,98	42.629.058,89
Estado e outros entes públicos	12	96.997,77	352.757,72
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	0,00	64.508,82
Outros ativos correntes	13	3.524.058,17	6.570.327,00
Caixa e seus equivalentes	14	6.665.678,22	10.931.290,82
Total dos ativos correntes		45.695.247,07	61.875.980,85
Total do ATIVO		521.198.493,04	544.982.093,47
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Próprio dos Acionistas			
Capital social	15	29.290.875,00	29.230.875,00
Reservas e outros ajustamentos	15	2.087.960,71	1.933.032,25
Resultados transitados	15	4.122.725,82	4.122.725,82
Resultado líquido do exercício		5.139.190,72	3.098.569,15
Total do CAPITAL PRÓPRIO		40.640.752,25	38.385.202,22
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	598.339,36	78.511,30
Empréstimos	17	233.326.601,39	244.026.581,99
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	7.590.780,05	7.025.802,90
Acréscimo de gastos de investimento contratual	19	50.575.787,17	47.024.345,97
Impostos diferidos passivos	8	8.080.277,70	9.909.588,70
Subsídios ao investimento	20	151.151.619,40	151.821.582,87
Total dos passivos não correntes		451.323.405,07	459.886.413,73
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	11.121.479,06	26.780.356,37
Fornecedores	22	8.002.445,73	10.229.557,61
Outros passivos correntes	23	6.702.415,29	8.147.703,89
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	1.817.742,25	0,00
Estado e outros entes públicos	12	1.590.253,39	1.552.859,65
Total dos passivos correntes		29.234.335,72	46.710.477,52
Total do PASSIVO		480.557.740,79	506.596.891,25
Total do PASSIVO e do CAPITAL PRÓPRIO		521.198.493,04	544.982.093,47

1.2 Demonstração dos Resultados e Rendimento Integral

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas	+ 25	30.529.122,18	30.025.965,20
Prestações de serviços	+ 25	23.292.835,20	23.009.455,59
Volume de negócios	=	53.821.957,38	53.035.420,79
Gastos das vendas/variação dos inventários	- 26	2.068.481,58	1.864.397,63
Margem bruta	=	51.753.475,80	51.171.023,16
Fornecimentos e serviços externos	- 27	18.948.461,59	18.097.716,87
Gastos com pessoal	- 28	4.735.769,15	5.027.033,55
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	- 29	17.936.981,06	17.054.604,02
Provisões e reversões do exercício	- 30	519.828,06	0,00
Perdas por imparidade e reversões	- 31	587.398,26	223.233,63
Subsídios ao investimento	+ 21	4.904.998,14	4.328.049,90
Outros gastos e perdas operacionais	- 32	515.811,23	744.561,59
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+ 33	530.634,80	509.900,24
Resultados operacionais	=	13.944.859,39	14.861.823,64
Gastos financeiros	- 34	10.510.141,55	12.373.885,77
Rendimentos financeiros	+ 35	5.272.369,10	3.142.149,15
Resultados financeiros	=	-5.237.772,45	-9.231.736,62
Resultados antes de impostos		8.707.086,94	5.630.087,02
Imposto do exercício	- 24	4.389.110,22	3.373.974,87
Imposto diferido	+ 8	821.214,00	842.457,00
Resultado líquido do exercício operações continuadas	=	5.139.190,72	3.098.569,15
Resultado líquido do exercício	=	5.139.190,72	3.098.569,15
Rendimento integral		5.139.190,72	3.098.569,15
Resultado por ação (básico e diluído)		0,88	0,53
Rendimento integral por ação (básico e diluído)		0,88	0,53

1.3 Demonstração das alterações no capital próprio

(Unidade: Euros)

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	29.230.875,00	1.760.966,93	4.122.725,82	3.239.064,79	38.353.632,54
Aplicação do resultado líquido do exercício		172.065,32		-172.065,32	0,00
Dividendos pagos				-3.066.999,47	-3.066.999,47
Resultado líquido do exercício				3.098.569,15	3.098.569,15
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	29.230.875,00	1.933.032,25	4.122.725,82	3.098.569,15	38.385.202,22
Aplicação do resultado líquido do exercício		154.928,46		-154.928,46	0,00
Realização de capital	60.000,00				60.000,00
Dividendos pagos				-2.943.640,69	-2.943.640,69
Resultado líquido do exercício				5.139.190,72	5.139.190,72
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	29.290.875,00	2.087.960,71	4.122.725,82	5.139.190,72	40.640.752,25

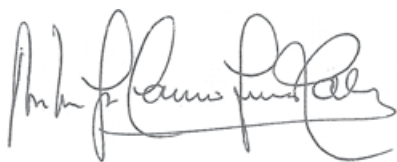
1.4 Demonstração dos fluxos de caixa

(Unidade: Euros)

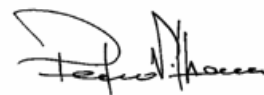
FLUXO	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	74.179.921,81	77.949.291,46
Recebimentos operacionais - Outros	1.277.541,82	1.378.814,75
Pagamentos a fornecedores	-32.889.247,64	-32.535.620,22
Pagamentos ao pessoal	-2.666.248,06	-2.891.477,26
Pagamentos ao Estado	-1.669.099,64	-1.808.944,60
Pagamento de IRC	-3.758.657,87	-7.702.215,20
Pagamento de exploração - Outros	-109.344,32	0,00
Fluxo das atividades operacionais	34.364.866,10	34.389.848,93
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	528.952,01	528.917,87
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	154,00	0,00
Recebimentos de ativos intangíveis	3.206,00	0,00
Recebimentos de subsídios de investimento	6.983.908,84	10.141.196,59
Recebimentos de reembolsos de IVA	0,00	0,00
Pagamentos de investimentos financeiros	0,00	0,00
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-10.421,31	-7.709,60
Pagamentos de ativos intangíveis	-10.312.176,72	-8.006.279,40
Fluxo das atividades de investimento	-2.806.377,18	2.656.125,46
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	2.500.000,00	338.960,68
Subsídios e doações	195.712,47	315.100,31
Outros recebimentos de financiamento	147.396,60	1.980.138,44
Recebimentos de realizações de capital	60.000,00	0,00
Pagamentos de empréstimos obtidos	-20.941.122,67	-11.545.655,82
Pagamentos de juros e gastos similares	-6.830.772,42	-17.393.810,72
Pagamentos de dividendos	-2.616.515,62	-2.905.932,60
Outros pagamentos de financiamentos	-331.085,42	0,00
Fluxo das atividades de financiamento	-27.816.387,06	-29.211.199,71
Variação de caixa e seus equivalentes	3.742.101,86	7.834.774,68
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.592.026,53	-5.242.748,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.334.128,39	2.592.026,53

(Unidade: Euros)

	2014	2013
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Caixa	9 000,00	9 000,00
Depósitos à ordem	6 656 678,22	10 922 290,82
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Tesouraria ativa	6 665 678,22	10 931 290,82
Descobertos bancários	-331 549,83	-8 339 264,29
Tesouraria passiva	-331 549,83	-8 339 264,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 334 128,39	2 592 026,53



O Técnico Oficial de Contas
António José Rabeca

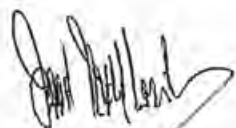


O Diretor Administrativo e Financeiro
Pedro Miguel Rodrigues Vilhena

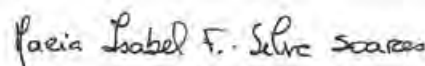
O Conselho de Administração



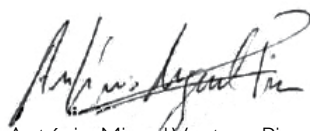
Joaquim Marques Ferreira
Presidente



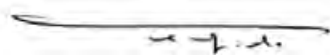
José Manuel Perdigão
Vogal Executivo



Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
Vogal Executivo



António Miguel Ventura Pina
Vogal



Carlos Eduardo da Silva Sousa
Vogal

1.5 Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em Euros)

1- Informação geral	75
2- Políticas contabilísticas	76
3- Políticas de gestão do risco financeiro	88
4- Estimativas e julgamentos	91
5- Instrumentos Financeiros por categoria	92
6- Ativos intangíveis e tangíveis	92
7- Investimentos financeiros	94
8- Impostos diferidos ativos e passivos	95
9- Clientes e outros ativos não correntes	96
10- Inventários	96
11- Clientes	96
12- Estado e outros entes públicos	98
13- Outros ativos correntes	98
14- Caixa e bancos	98
15- Capital	99
16- Provisões	100
17- Empréstimos	100
18- Fornecedores e outros passivos não correntes	101
19- Acréscimos de custos de investimento contratual	102
20- Subsídios ao investimento	102
21- Subsídios - movimentos	102
22- Fornecedores correntes	102
23- Outros passivos correntes	103
24- Imposto sobre o rendimento	103
25- Rédito	105
26- Custo das vendas	105
27- Fornecimentos e serviços externos	105
28- Gastos com pessoal	106
29- Amortizações, depreciações e reversões do exercício	106
30- Provisões e reversões do exercício	107
31- Perdas por imparidade e reversões do exercício	107
32- Outros gastos operacionais	107
33- Outros rendimentos e ganhos operacionais	107
34- Gastos financeiros	108
35- Rendimentos financeiros	108
36- Transações com entidades relacionadas	109
37- Compromissos	111
38- Ativos e passivos contingentes	113
39- Informações exigidas por diplomas legais	114
40- Rendimento garantido	115
41- Eventos subsequentes	115

1.1 Atividade

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por Empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

A Águas do Algarve, S.A é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-lei n.º 168/2000 de 5 de Agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei n.º 130/95, de 5 de Junho, e n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei n.º 379/93 de 05 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei n.º 172/B-2001 de 26 de Maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 8 de Novembro, com a publicação do Decreto-lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento

O objeto social da Sociedade é a exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, conforme estipulado pela legislação atrás referida.

1.2 Acionistas

O capital social realizado da Empresa é de 29.290.875 euros, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

Acionistas	Ações			Por realizar (Euros)
	Quantidade	Valor	%	
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	54,44%	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85%	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29%	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57%	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55%	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87%	0
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15%	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40%	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68%	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43%	0
Município de Olhão	123.966	619.830	3,87%	534.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19%	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83%	0
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73%	0
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27%	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90%	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98%	0
Totais	5.858.175	29.290.875	100,00%	534.125

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 26 Fevereiro de 2015 na sede da Empresa em Faro.

2-POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.).

As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adotadas pela U.E. até 31 de Dezembro de 2013.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Águas do Algarve, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Águas do Algarve ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.2.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Simtejo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de Janeiro de 2014:

A) Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. Um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente: (a) poder sobre a investida; (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28. A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28

Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais. O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem: (a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e (b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar: (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade. Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

B) Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

C) Emenda IAS 39 Instrumentos financeiros derivados

A emenda cobre as novações: que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes; que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação. Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção. A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários. Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

D) Emenda à IAS 32 – Instrumentos financeiros derivados (divulgações)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros. O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

E) Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em

determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

F) Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

G) Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

H) Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

I) Alterações à IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

- Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015:

J) Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

K) IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

L) Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis e IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

M) Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor:

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de activos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)
- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)
- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)
- IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em de 6 de Maio de 2014)
- IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de Agosto 2014)
- IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de Janeiro de 2014)
- IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)
- IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)
- IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de Junho de 2014)
- IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de Maio de 2014)
- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014)
IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações
IAS 19 – Benefícios de Empregados
IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A., estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Algarve, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4 Atividade regulada - reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.4.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Algarve, S.A. com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Algarve, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

2.4.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no EVEF mais atualizado e submetido a aprovação por parte do Concedente em 2010. No caso da Águas do Algarve, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.5 Atividade concessionada - IFRIC 12 Regulatórios

2.5.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Algarve, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11.

A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras, e particularmente no que concerne ao prazo da concessão, a empresa utilizada os pressupostos incluídos no último EVEF submetido ao Concedente, o qual se encontra em processo de aprovação.

Água e saneamento / Resíduos	Concessão/ /Parceria	Prazo do Contrato de Concessão (1)	Período do Contrato de Concessão	Prazo do último EVER submetido (2)	Período do último EVER submetido (2)	Remuneração acionista	
						Taxa	Incidência
Abastecimento	Concessão	2005-2025	19	2005-2037	31	OT 10 anos + 3%	C. Social + Reserva Legal
Saneamento	Concessão	2001-2031	29	2005-2037	31	OT 10 anos + 3%	C. Social +Reserva Legal

2.5.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Algarve, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo Águas de Portugal, SGPS, SA, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Algarve, S.A. como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento.

Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.5.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

	Total do investimento do contrato de concessão	Nº de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto	Nº de anos do último EVEF	Total de caudais revistos do último EVEF	Taxa média de amortização do ano de 2012	Taxa média de amortização do ano de 2013
Abastecimento		30	1.373.256.332	422.345.831.951		3,01%	3,00%	
I Investimento inicial	142.339.706							
Investimento reversível da concessão (Fixo) até 30-12-2009		0		215.958.650				
Investimento reversível em curso em 2009		0		103.638.475				
Investimento reversível da concessão de 2010 a 2037		0		81.491.636				
	142.339.706			401.088.761				
Saneamento		30	1.343.638.956,52		37	1.424.079.222	2,71%	2,79%
Investimento inicial	124.931.607							
Investimento reversível da concessão (Fixo) até 30-12-2009		0		163.209.669				
Investimento reversível em curso em 2009		0		27.450.429				
Investimento reversível da concessão de 2010 a 2037		0		166.654.371				
	124.931.607			357.314.470				
TOTAL	267.271.313		2.716.895.289	758.403.231		3.769.911.173	2,86%	2,89%

2.5.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como Clientes e Outros Ativos não correntes.

2.5.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção.

A Águas do Algarve, S.A. na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Algarve, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.6 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Algarve, S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.6.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a Águas do Algarve, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

2.7 Ativos intangíveis

2.7.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.2.

2.7.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.8 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Algarve, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente.

O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Algarve, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação) e;

2.8.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas:

- Ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar e;
- Investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Algarve, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.8.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Algarve, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.8.2 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba:

- os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.8.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.8.3.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.8.3.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Algarve, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.8.3.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.9 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pelos serviços prestados pela Águas do Algarve, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Globalmente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remota.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.10 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.12 Imparidade

2.12.1 Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

2.12.1.1 Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Algarve, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor e;
- O perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos.

Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Globalmente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remota.

2.12.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Algarve, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

2.12.2.1 Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

2.12.2.2 Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.14 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.15 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Algarve, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.16 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Algarve, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de ex-fluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.17 Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.18 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.19 Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. A Águas do Algarve, S.A., apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.19.1 Vendas e prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água e saneamento de águas residuais

O rédito é reconhecido com base em:

- Valores mínimos garantidos ou;
- Consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.19.2 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Algarve, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.19.3 Capitalizações de gastos

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras.

3-Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Algarve, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro).

O Grupo Águas de Portugal, SGPS, SA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da Águas de Portugal, SGPS, SA e suas participadas.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo Águas de Portugal.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Algarve, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando:

- 1) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial;
- 2) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e
- 3) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

Os recebimentos obtidos dos Municípios através do PAEL nos anos de 2014 e 2013 constam do quadro seguinte:

Recebimentos ao abrigo do PAEL	2014	2013
Município de Albufeira	3.828.916	5.703.997
Município de Lagoa	0	3.492.850
Município de Lagos	0	4.930.461
Município de Loulé	0	5.619.980
Município de VRSA	4.214.148	0
	8.043.064	19.747.288

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Algarve, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço

Ativos financeiros bancários	2014
Depósitos à ordem	6.656.678,22
Depósitos prazo	0,00
Fundo de renovação do equipamento	0,00
Fundo de reconstituição do capital	8.267.571,27
Ativos financeiros bancários	14.924.249,49

Rating	2014
B1	85.702,80
B2	168.943,07
Ba1	9.325.625,57
Ba3	2.177,80
Baa1	2.938.190,12
Baa2	593.824,25
Baa3	1.783.616,15
Caa1	25.266,81
Não disponível	902,92
Rating dos ativos financeiros bancários	14.924.249,49

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro de 2015.

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Algarve, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Águas do Algarve, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal.

Tal como o país, a Águas do Algarve, S.A. atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Algarve, S.A. procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, com exceção do valor presente das dívidas do património integrado no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	11.121.479,06	56.455.375,64	176.871.225,75
Fornecedores e outros passivos	14.704.861,02	4.100.674,05	3.490.106,00

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Algarve, S.A. advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Algarve, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Algarve, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Juros suportados	2012	2011
Real	8.837.750	10.414.590
Taxa média +1%	11.293.209	13.273.227
Taxa média -1%	6.382.291	7.555.952

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Algarve, S.A. em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Algarve, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2012	2011
Empréstimos não correntes	233.326.601,39	244.026.581,99
Empréstimos correntes	11.121.479,06	26.780.356,37
Disponibilidades	-6.665.678,22	-10.931.290,82
Dívida	237.782.402,23	259.875.647,54
Subsídios ao investimento	151.151.619,40	151.821.582,87
Total do capital próprio	40.640.752,25	38.385.202,22
Capital	429.574.773,88	450.082.432,63
Dívida :Total do Capital	0,55	0,58

O modelo de financiamento da Águas do Algarve, S.A. assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador; procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

4-Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Algarve, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Algarve, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de ex-fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Algarve, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Algarve, S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Algarve, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Algarve, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. foram identificadas duas situações com elevada probabilidade de imparidade nos ativos reportados. Para mais informações, consultar a nota 31 no presente anexo.

4.4 Acréscimo de custo para investimentos contratuais

A amortização do investimento contratual a qual, conforme divulgado na nota 2.5.3, é calculada com base no método da depleção, depende significativamente de estimativas de investimentos a realizar até ao final da concessão, estando as mesmas suportadas pela melhor estimativa da Águas do Algarve, S.A., a qual se encontra consubstanciada no EVEF do ano de 2010, o qual aguarda aprovação do Concedente.

4.5 Provisão para impostos

A Águas do Algarve, S.A., suportado nas posições dos seus consultores fiscais, e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

5-Instrumentos Financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros constantes da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014 estão classificados pelas seguintes categorias:

Instrumentos financeiros por categoria	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da DPF a 31.Dez.2014
Ativos intangíveis			0	427.538.888	427.538.888
Ativos tangíveis			0	1.189.220	1.189.220
Investimentos financeiros	8.267.571		8.267.571		8.267.571
Impostos diferidos ativos			0	17.260.844	17.260.844
Clientes e outros ativos não correntes	21.246.723		21.246.723		21.246.723
Clientes e outros ativos correntes	33.934.699		33.934.699		33.934.699
Inventários			0	1.473.814	1.473.814
Estado e outros entes públicos	96.998		96.998		96.998
Outros ativos correntes	3.524.058		3.524.058		3.524.058
Caixa e seus equivalentes	6.665.678		6.665.678		6.665.678
Total do Ativo	73.735.728	0	73.735.728	447.462.765	521.198.493
Provisões			0	598.339	598.339
Empréstimos não correntes		233.326.601	233.326.601		233.326.601
Fornecedores e outros passivos não correntes		7.590.780	7.590.780		7.590.780
Impostos diferidos passivos			0	8.080.278	8.080.278
Acréscimos de gastos do investimento contratual			0	50.575.787	50.575.787
Subsídios ao investimento			0	151.151.619	151.151.619
Empréstimos correntes		11.121.479	11.121.479		11.121.479
Fornecedores		8.002.446	8.002.446		8.002.446
Outros passivos correntes		6.702.415	6.702.415		6.702.415
Imposto sobre o rendimento do exercício			0	1.817.742	1.817.742
Estado e outros entes públicos		1.590.253	1.590.253	0	1.590.253
Total do Passivo	0	268.333.975	268.333.975	212.223.766	480.557.741

6-Ativos intangíveis e tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o movimento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

6.1 Ativos intangíveis

Ativo líquido intangível	2014	2013
Propriedade industrial e outros direitos	397.404	424.514
Direitos de utilização de infraestruturas	427.141.484	430.678.226
Ativos intangíveis	427.538.888	431.102.740

6.1.1 Movimentos do período

Ativos líquidos intangíveis	2013	Aumentos	Transferências	Reclassificações	2014
Valor bruto dos ativos intangíveis:					
Despesas de desenvolvimento	236.923	0	0	0	236.923
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	773.334
Ativos intangíveis em curso	19.098.558	9.353.543	-131.583	-4.379.976	23.940.542
Direitos de utilização de infraestruturas	545.782.269	1.539.210	0	4.379.976	551.701.455
Valor Bruto dos ativos intangíveis	565.891.084	10.892.753	-131.583	0	576.652.254
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:					
Despesas de desenvolvimento	-236.923	0	0	0	-236.923
Propriedade industrial e outros direitos	-348.820	-27.109	0	0	-375.930
Direitos de utilização de infraestruturas	-134.202.601	-12.231.066	-2.066.846	0	-148.500.513
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	-134.788.344	-12.258.176	-2.066.846	0	-149.113.366
Ativos líquidos intangíveis	431.102.740	-1.365.423	-2.198.429	0	427.538.888

Durante o ano de 2014 passaram a firme cerca de 4,4 milhões de euros sendo as principais infraestruturas abrangidas:

- 1- Conclusão da construção da Barragem de Odelouca (3,1 milhões de euros);
- 2- Medidas ambientais Odelouca (0,8 milhões de euros);
- 3- Construção da ETAR Vale da Telha (0,14 milhões de euros);
- 4- Construção da ETAR de Alcoutim 1.ª e 2.ª Fases (0,13 milhões de euros);
- 5- Reforço Querença Silves (0,12 milhões de euros)

As empreitadas mais importantes que se encontravam em curso, no final do exercício, constam do quadro seguinte:

Obras em Curso	Montante
Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	6.368.560
ETAR de Vila Real S. António - Complementos	4.273.984
Obras Complementares - Novas Infraestruturas da FAGAR	2.018.170
Reforço de Adução ao Concelho de Loulé - Fase I - Parte I	1.955.557
Sistema de Tratamento de Águas Residuais de São Marcos da Serra	1.209.210
ETAR da Companheira	777.551
ETAR de Vila Real S. António - Fase II	550.241
ETAR do Martinhal (Sagres)	500.338
Sistema Elevatória de Pinhal do Concelho	323.148
Intercetor de Vale do Lobo	319.107
Sistema Elevatório e Intercetor de Monchique Norte	318.676
Reabilitação do túnel de Portimão	304.427

6.2 Ativos tangíveis

Ativo líquido fixo tangível	2012	2011
Terrenos Recursos Naturais	88.600	88.600
Edifícios Outras Construções	884.201	912.702
Equipamento Básico	6.127	8.474
Equipamento Transporte	0	45
Equipamento Administrativo	76.807	83.273
Ferramentas e Utensílios	0	0
Ativo fixo tangível - Outros	218	88
Ativo fixo tangível - Em curso	133.266	133.266
Ativos tangíveis	1.189.220	1.226.447

6.2.1 Movimentos do período

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2013	Aumentos	Abates	2014
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:				
Terrenos	88.600	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.313.665	0	0	1.313.665
Equipamento básico	19.904		0	19.904
Equipamento de transporte	99.084	0	-240	98.845
Equipamento administrativo	1.755.035	23.162	0	1.778.197
Outros	8.796	154	0	8.950
Ativos tangíveis fixos em curso	133.266		0	133.266
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.418.351	23.316	-240	3.441.427
Amortizações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:				
Terrenos	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	-400.964	-28.500	0	-429.464
Equipamento básico	-11.430	-2.347	0	-13.777
Equipamento de transporte	-99.040	-20	215	-98.845
Equipamento administrativo	-1.671.762	-29.627	0	-1.701.390
Outros	-8.708	-23	0	-8.732
Amortizações acumuladas dos ativos fixos tangíveis	-2.191.904	-60.518	215	-2.252.207
Ativos líquidos fixos tangíveis	1.226.447	-37.202	-25	1.189.220

7-Investimentos financeiros

Investimentos financeiros	2014	2013
Fundo de renovação do investimento	0	0
Fundo de reconstituição do capital social	8.267.571	8.267.571
Participação financeira	0	0
Investimentos financeiros	8.267.571	8.267.571

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a Águas do Algarve, S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Nestes termos foi registado em Investimentos Financeiros o depósito bancário de carácter permanente efetuado para o efeito.

A Águas do Algarve, S.A. não efetuou o reforço do fundo de reconstituição do capital social relativo aos anos de 2012 e 2013. À data de 31 de Dezembro de 2014, o fundo de reconstituição do capital social tinha em falta o reforço de 2.815.463 Euros. (vide nota 41).

8- Impostos diferidos

Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	23%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	5%	0%	5%	5%	5%
Ativos por Impostos Diferidos	0	0	0	0	0
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	0	0	0	0	0
Provisões - perdas de imparidade	0	0	0	0	0
Provisões - pensões	0	0	0	0	0
Provisões - outros	904.274	0	0	(904.274)	0
Indemnizações por reforma antecipada	0	0	0	0	0
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	55.277.385	53	5.048.803	(1.965.405)	58.360.835
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8.987.447	(1.386)	1.460.695	(2.504.207)	7.942.549
Custo amortizado	0	0	0	0	0
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Ajustamentos Transição - Subsídios	0	0	0	0	0
Outros (detalhe outros em comentário)	74.358	(74.358)	0	0	0
Base de incidência	65.243.464	(75.691)	6.509.498	(5.373.886)	66.303.384
IRC	15.006.767	(1.303.358)	1.366.995	(1.128.516)	13.941.887
Derrama	3.262.173	0	325.475	(268.694)	3.318.954
Imposto diferido ativo reconhecido	18.268.940	(1.303.358)	1.692.469	(1.397.210)	17.260.841
Taxa de IRC	23%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	5%	0%	5%	5%	5%
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0
Reavaliações					
Reavaliações fiscais	0	0	0	0	0
Reavaliações livres	0	0	0	0	0
Reinvestimento de mais valias	0	0	0	0	0
Outros					
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	32.419.560	(0)	0	(1.341.572)	31.077.988
Diferença Amortização fiscal / contabilística/ /subsídio investimento contratual realizado	2.762.704	0	0	(2.762.704)	0
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Comissões BEI	209.123	(0)	0	(209.123)	0
Base de incidência	35.391.387	(0)	0	(4.313.399)	31.077.988
IRC	8.140.019	0	0	(905.814)	6.526.378
Derrama	1.769.569	0	0	(215.670)	1.553.899
Imposto diferido passivo reconhecido	9.909.588	0	0	(1.121.484)	8.080.277

A Águas do Algarve, SA, procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais e das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos dedutíveis fiscalmente.

Os principais movimentos do exercício resultam do reforço dos impostos diferidos ativos relativos às amortizações de 2014 do investimento contratual não realizado, da utilização de impostos diferidos ativos associados a amortizações tributadas em anos anteriores, e do desreconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos gerados na data de transição.

A relevação dos efeitos fiscais de transição do POC para IFRS para o investimento contratual realizado no apuramento de imposto diferido ativo e imposto diferido passivo, foi ajustada de 20 para 5 anos, de acordo com a aplicação do artigo 5º-A do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho e do artigo 255 da Lei nº66-B/2012, anteriormente descritos.

O cálculo de impostos diferidos ativos e passivos foi ainda ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento refletida na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a qual se reduz de 23% para 21%, cujos valores estão inscritos na coluna de correções.

9-Clientes e outros ativos não correntes

Os valores em dívida de Clientes e outros ativos não correntes são apresentados no quadro seguinte:

Clientes e outros ativos não correntes	2014	2013
Clientes - Municípios (acordos)	9.347.028	14.030.882
Valor a receber do concedente (Valor residual Barragem)	11.526.236	10.209.532
Outros devedores (Baixas)	373.459	0
Clientes e outros ativos não correntes	21.246.723	24.240.414

Clientes/Municípios - Acordos	2014	2013
AMBIOLHÃO- Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	5.483.192	9.077.112
Município de Lagoa	0	507.822
Município de Lagos	2.661.491	4.445.949
Município de Vila do Bispo	1.202.345	0
Clientes/Municípios - Acordos	9.347.028	14.030.882

9.1. Valor residual da Barragem de Odelouca

Para efeitos de apuramento do valor presente do valor residual, o qual ascende a cerca de 11,6 milhões de euros, resultados das atualizações efetuadas entre 2010 e 2014 à taxa das obrigações de tesouro a 10 anos na data de capitalização dos investimentos. Para a determinação do valor residual da barragem a Águas do Algarve, S.A. foi considerado os valores dos subsídios ao investimento recebidos para a construção da Barragem de Odelouca, tendo por outro lado sido determinado o valor presente do saldo a receber.

10-Inventários

Inventários	2014	2013
Matérias-primas	355.056	313.219
Materiais diversos	1.118.758	1.014.818
Inventários	1.473.814	1.328.038

A rubrica de "Matérias-primas" é constituída essencialmente por reagentes necessários às atividades operacionais. A rubrica de "Materiais diversos" inclui peças de substituição para a manutenção dos Sistemas.

11-Clientes

Os recebimentos obtidos dos Municípios através do PAEL nos anos de 2014 e 2013 constam do quadro seguinte:

Clientes municípios	2014	2013
Município de Albufeira	3.828.916	5.703.997
Município de Lagoa	0	3.492.850
Município de Lagos	0	4.930.461
Município de Loulé	0	5.619.980
Município de VRSA	4.214.148	0
	8.043.064	19.747.288

11.1 Clientes - correntes

O detalhe dos valores em dívida, com prazo de vencimento inferior a um ano, por parte dos Municípios clientes consta do quadro seguinte:

Clientes	2014	2013
Clientes municípios CP	27.195.367	27.973.049
Clientes acordos CP	1.942.665	4.294.131
Clientes Juros Mora	5.239.505	4.155.222
Clientes Injunções	1.449.088	7.511.184
Clientes Imparidades	-1.891.925	-1.304.527
Clientes	33.934.699	42.629.059

11.2 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Relativamente a 2014, apresenta-se o detalhe do total da dívida (corrente e não corrente) indicada nos quadros anteriores.

Total clientes	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Albufeira	1.718.903	395.416	338.227	2.452.546	409.769	2.862.316
Alcoutim	0	0	0	0	24.820	24.820
Aljezur	0	0	0	0	112.957	112.957
Castro Marim	0	0	0	0	110.082	110.082
Faro (Fagar-Faro)	325.009	1.550.188	164.162	2.039.359	922.857	2.962.216
Lagoa	0	0	4.334	4.334	426.223	430.557
Lagos	0	0	969.901	969.901	3.466.215	4.436.115
Loulé (Infralobo)	0	0	0	0	37.400	37.400
Loulé (Inframoura)	4.877	0	7.821	12.697	128.041	140.738
Loulé (Infraquinta)	0	0	0	0	57.236	57.236
Loulé (Município)	0	0	0	0	995.299	995.299
Monchique	0	17.200	0	17.200	14.973	32.173
Olhão (Ambiolhão)	0	0	379.302	379.302	7.284.270	7.663.572
Portimão (Emap)	0	925	898.687	899.612	998.161	1.897.773
São Brás de Alportel	0	0	74.986	74.986	147.604	222.590
Silves	0	0	329.872	329.872	553.204	883.076
Tavira (Taviraverde)	2.065.208	86.545	1.040.688	3.192.441	295.348	3.487.789
Vila do Bispo	0	0	59.700	59.700	2.085.259	2.144.959
Vila Real de Santo António (Município)	0	0	75.600	75.600	776.397	851.997
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	5.340.263	2.552.974	4.962.044	12.855.280	448.861	13.304.141
Outros (Lixiviados / Mínimos)	0	0	0	0	0	0
Totais	9.454.259	4.603.247	9.305.324	23.362.829	19.294.977	42.657.806
Totais	9.454.259	4.603.247	9.305.324	23.362.829	19.294.977	42.657.806

Para os montantes que apresentam dívida superior a 2 anos a Águas do Alarve, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais ao seu dispor, nomeadamente a interposição de ações judiciais que asseguram a não prescrição dos valores em causa. Desta forma, o total da dívida vencida teve um decréscimo de 24%, ou seja, passou para 23,4 milhões de euros em 2014 face a 30,8 milhões de euros registados em 2013.

De igual modo o total da dívida de clientes diminuiu em 25% para 42,7 milhões de euros de 2013 para 2014, fruto da melhoria nos pagamentos por parte dos municípios.

Esta situação permitiu regularizar também parte das dívidas de fornecedores.

12-Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2014	2013
IVA a receber	96.219	176.452
Retenções de Capitais	779	176.306
EOEP ativos (1)	96.998	352.758
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	-72.947	-62.449
Retenções - Segurança social	-93.250	-97.765
Outros	-1.424.056	-1.392.646
EOEP passivos (2)	-1.590.253	-1.552.860
Estado e Outros Entes Públicos (3)=(1)+(2)	-1.493.256	-1.200.102

A rubrica de "EOEP passivos- Outros" é constituída pelas taxas de recursos hídricos (TRH), de gestão de resíduos (TGR) e tributos das autarquias locais.

13-Outros ativos correntes

Outros ativos correntes	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	224.147	677.380
Pessoal	7.165	12.353
Órgãos Sociais	0	40.037
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão	831.686	2.841.546
Outros devedores	275.771	2.109.525
Acréscimos de rendimentos	1.935.350	629.028
Diferimentos- gastos a reconhecer	249.939	260.458
Outros ativos correntes	3.524.058	6.570.327

Esta rubrica teve uma diminuição de 29,6% em 2014 face a 2013, decorrente, principalmente, dos recebimentos do Fundo de Coesão.

A rubrica de "Outros devedores" é composta, principalmente, pelos adiantamentos efetuados pelos empreiteiros e por devedores diversos. A rubrica de "Acréscimos de rendimentos" engloba essencialmente valores relativos aos juros a receber decorrentes de aplicações de tesouraria.

Durante o ano de 2014 foram recebidos 6.983.908 euros relativos a subsídios do Fundo de Coesão.

14-Caixa e bancos

Caixa e bancos	2014	2013
Caixa	9.000	9.000
Depósitos à ordem	6.656.678	10.922.291
Depósitos a prazo	0	0
Caixa e bancos	6.665.678	10.931.291

A tesouraria ativa apresentava um decréscimo em cerca de 39%, à data de final do ano, explicado maioritariamente pela utilização dos fundos para pagamentos de financiamentos.

15-Capital

O quadro seguinte mostra a participação no capital social da Empresa nos dois últimos exercícios económicos:

Capital social	%	Capital subscrito 2014	Capital realizado 2014	Capital subscrito 2013	Capital realizado 2013
Águas de Portugal, SGPS, S.A	54,44%	16.237.235	16.237.235	16.237.235	16.237.235
Município de Albufeira	4,85%	1.446.350	1.446.350	1.446.350	1.446.350
Município de Alcoutim	0,29%	86.180	86.180	86.180	86.180
Município de Aljezur	0,57%	170.230	170.230	170.230	170.230
Município de Castro Marim	0,55%	163.935	163.935	163.935	163.935
Município de Faro	6,87%	2.048.940	2.048.940	2.048.940	2.048.940
Município de Lagoa	3,15%	939.065	939.065	939.065	939.065
Município de Lagos	3,40%	1.013.630	1.013.630	1.013.630	1.013.630
Município de Loulé	5,68%	1.693.985	1.693.985	1.693.985	1.693.985
Município de Monchique	0,43%	128.590	128.590	128.590	128.590
Município de Olhão	3,87%	1.153.955	619.830	1.153.955	559.830
Município de Portimão	6,19%	1.846.030	1.846.030	1.846.030	1.846.030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248.035	248.035	248.035	248.035
Município de Silves	3,73%	1.112.195	1.112.195	1.112.195	1.112.195
Município de Tavira	2,27%	678.400	678.400	678.400	678.400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268.025	268.025	268.025	268.025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590.220	590.220	590.220	590.220
Capital Social	100,00%	29.825.000	29.290.875	29.825.000	29.230.875

Do total do capital subscrito, no valor de 29.825.000 Euros, faltam realizar 534.125 Euros relativo ao Município de Olhão.

15.1 Resultado por ação

O resultado apurado por ação consta do quadro seguinte:

Resultado por ação	2014	2013
Resultado líquido	5.139.191	3.098.569
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	5.858.175	5.846.175
Resultado por ação	0,88	0,53

15.2 Movimentos do período

As rubricas de resultados, apresentaram os seguintes movimentos:

	2013	Afect. Res. Liq.	Dividendos	Res. Líquido	2014
Reservas e outros ajustamentos	1.933.032,25	154.928,46	0,00	0,00	2.087.960,71
Resultados transitados	4.122.725,82	0,00	0,00	0,00	4.122.725,82
Resultado líquido do exercício	3.098.569,15	-154.928,46	-2.943.640,69	5.139.190,72	5.139.190,72
	9.154.327,22	0,00	-2.943.640,69	5.139.190,72	11.349.877,25

16-Provisões

Durante 2014 foi realizada a reversão da provisão relativa à coima no atraso da entrega das Modelos 22 de IRC relativas aos exercícios de 2010 e 2011, dado que a empresa apresentou uma exposição e a mesma foi aceite.

A empresa procedeu à criação de uma provisão relativa a 50% do valor mínimo garantido debitado à EMARP.

16.1 Movimentos do período

O movimento ocorrido em 2014 nas provisões é demonstrado a seguir:

Movimento de provisões	2013	Aumentos	Reversões	2014
Provisões – outros	78.511	598.339	-78.511	598.339
	78.511	598.339	-78.511	598.339

17-Empréstimos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, como segue:

Empréstimos por natureza	2014	2013
Empréstimos bancários BEI	198.326.601	204.026.582
Empréstimos - Empresa-mãe	40.000.000	45.000.000
Empréstimos não correntes (1)	238.326.601	249.026.582
Descobertos bancários	331.519	8.339.234
Empréstimos bancários BEI	5.789.960	4.614.694
Empréstimos bancários - banca comercial	0	8.826.429
Empréstimos correntes (2)	6.121.479	21.780.356
Total de empréstimos (3)=(1)+(2)	244.448.080	270.806.938

Os financiamentos diminuíram em 9,3% com especial destaque para a redução dos empréstimos bancários de curto prazo e dos financiamentos BEI.

17.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

A maturidade dos financiamentos é apresentada no seguinte quadro:

Empréstimos por maturidade	2014	2013
Até 1 ano	6.121.479	21.780.356
De 1 a 2 anos	15.541.083	15.789.959
De 2 a 3 anos	12.742.586	11.638.900
De 3 a 4 anos	14.488.770	12.742.586
De 4 a 5 anos	13.682.937	14.488.770
Superior a 5 anos	181.871.226	194.366.367
Total de empréstimos	244.448.080	270.806.938

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

17.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

A divisão do financiamento bancário entre taxas de juro fixas e variáveis consta do mapa seguinte:

Empréstimos por tipo de taxas	2012	2011
Até 1 anos	8.607.223	24.266.100
De 1 a 2 anos	7.802.571	7.060.537
De 2 a 3 anos	8.247.534	7.143.848
Superior a 3 anos	36.165.201	47.719.991
Total de empréstimos com taxa de juro variável	60.822.529	86.190.476
Taxa de juro fixa:		
Até 1 anos	2.514.256	2.514.256
De 1 a 2 anos	2.738.512	3.729.422
De 2 a 3 anos	4.495.052	4.495.052
Superior a 3 anos	173.877.732	173.877.732
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	183.625.552	184.616.462
Total de empréstimos	244.448.081	270.806.938

Decorrente das negociações do empréstimo com o Banco Europeu de Investimento, mais concretamente, BEI III – Tranche A, empréstimo nº 10, em 2013, a taxa variável associada ao contrato, foi convertida em taxa fixa. Esta revisão contratual, explica as variações à maturidade vs taxas, de 2012 para 2013.

17.3 Locação financeira

À data de 31 de dezembro de 2014 não existiam valores de capital em dívida a título de locação financeira.

17.4 Justo valor dos empréstimos

	Valor contabilístico 31.12.2014	Valor contabilístico 31.12.2013	Justo valor 31.12.2014	Justo valor 31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	198.326.601	204.026.582	140.148.640	109.851.993
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0	0	0
Empréstimos - Locação financeira	0	0	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	35.000.000	40.000.000	35.000.000	40.000.000
Não correntes	233.326.601	244.026.582	175.148.640	149.851.993

A empresa não determinou o justo valor do empréstimo da Holding na medida em que não se encontra estabelecido um plano de reembolso para o mesmo. Em virtude da continuação das dificuldades de tesouraria é expectável que o reembolso não ocorra em 2015 pelo que o financiamento está classificado como empréstimo de médio e longo prazo. Assim, a empresa considera que o justo valor do empréstimo da Holding não difere do seu valor nominal.

A taxa utilizada para cálculo do justo valor foi de 3,75% correspondente à taxas das OT's a 10 anos.

18-Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes	2014	2013
Fornecedores de investimentos	0	1.340.439
Outras contas a pagar	7.585.341	5.682.765
Outros fornecedores	5.439	2.599
Fornecedores e outros passivos não correntes	7.590.780	7.025.803

Os valores relativos a "Fornecedores de investimento" dizem respeito a dívidas cujo prazo é superior a um ano.

O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora essencialmente os valores presentes das dívidas aos municípios, resultantes da integração das respetivas infraestruturas.

19-Acréscimos de custos de investimento contratual

O investimento total da concessão é de 758.403.231 Euros. Deste valor, a empresa já realizou 551.701.454 Euros., encontrando-se em curso o valor de 23.940.543 Euros.

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual, constam do quadro seguinte:

	2013	Aumentos	Transferências	2014
Acréscimos de custos de investimento contratual	47.024.346	6.193.245	-2.641.804	50.575.787

A variação do saldo face ao ano de 2013 está essencialmente relacionada com a dotação de amortizações do investimento futuro, cujo valor ascendeu a 6,2 milhões de euros, e com a reclassificação para amortizações acumuladas dos gastos associados a investimentos que passaram a firme no ano de 2014 (2,6 milhões de euros).

20-Subsídios ao investimento

A Empresa tem vindo a reconhecer em proveitos a quota-parte de subsídio anual, sendo que os valores ainda por reconhecer até final da Concessão são os seguintes:

Saldo dos subsídios ao investimento	2014	2013
Fundo de coesão	100.766.952	100.496.913
Integração de património	50.384.668	51.324.670
Saldo dos subsídios ao investimento	151.151.619	151.821.583

21-Movimentos do período de subsídios ao investimento

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas de subsídios ao investimento:

Variação dos subsídios ao investimento	2013	Resultados	Aumentos	2014
Fundo de coesão	100.496.913	-3.300.948	3.570.988	100.766.952
Integração de património	51.324.670	-1.604.050	664.047	50.384.668
Outros subsídios	0	0	0	0
Variação dos subsídios ao investimento	151.821.583	-4.904.998	4.235.035	151.151.619

22-Fornecedores correntes

Fornecedores correntes	2014	2013
Fornecedores C/C-Gerais	3.931.570	3.093.434
Fornecedores C/C-Empresa Mãe	2.448.365	5.681.680
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-MUNICÍPIOS	115.328	710
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-OUTRAS	74.543	277.020
Fornecedores-Faturas Receção Conferência	321.679	337.493
Outras Contas Receber Pagar-Fornecedores Investimentos	1.110.962	839.220
Fornecedores correntes	8.002.446	10.229.558

A rubrica de "Fornecedores correntes" apresentou um decréscimo em 20% face a 2013, resultado do enorme esforço de amortização das dívidas curto prazo também consequência positiva dos recebimentos de clientes e do recebimentos do Fundo de Coesão.

23-Outros passivos correntes

Outros passivos correntes	2014	2013
Pessoal	1.209	2.801
Acréscimos com férias e subsídio de férias	606.477	609.257
Adiantamentos de Subsídios	3.532.515	0
Outros acréscimos e diferimentos	1.750.911	2.671.734
Outros credores	811.304	4.863.911
Outros passivos correntes	6.702.415	8.147.704

A rubrica de "Outros acréscimos e diferimentos" inclui os valores especializados com o acordo compromisso ICNB, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção.

A rubrica de "Outros credores" inclui valores em dívida a consultores, cauções efetuadas a fornecedores e a credores diversos.

24. Imposto sobre o rendimento

Imposto sobre o rendimento	2014	2013
Imposto corrente	4.648.880	3.214.254
Insuficiência de estimativa de imposto	-259.770	159.721
Retenções na fonte	176.317	176.306
Pagamento adicional por conta	291.804	372.045
Pagamentos por conta	2.362.166	2.906.718
Imposto sobre o rendimento	1.558.823	-81.094

O acréscimo no valor do imposto estimado sobre o rendimento resulta do aumento do lucro tributável, face a 2013.

24.1 Imposto do exercício

Imposto sobre o rendimento	2014	2013
Imposto corrente	4.648.880	3.214.254
Insuficiência de estimativa de imposto	-259.770	159.721
Imposto diferido	-821.214	-842.457
Imposto sobre o rendimento	3.567.896	2.531.518

24.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	Base de Imposto	
	2014	2013
Resultado antes de impostos	8.707.087	5.630.087
Taxa Imposto sobre o rendimento em Portugal	29,0%	29,0%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	2.525.055	1.632.725
Variações patrimoniais		
Variação patrimonial negativa	493.265	493.265
Variação patrimonial positiva	4.313.399	4.313.399
	-3.820.134	-3.820.133
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	1.887	1.500
Multas, coimas e juros compensatórios	12.992	30.434
Provisões não dedutíveis	1.107.226	223.234
Acréscimos de gastos de investimentos contratuais	5.048.803	4.715.038
Correções relativas a exercícios anteriores	138.001	537.005
Acréscimos de subsídios - IFRIC 12	1.460.695	1.539.339
Outros	0	85.703
	7.769.603	7.132.253
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Correções relativas a exercícios anteriores	0	140.088
Recuperação de amortizações anteriormente tributadas	2.018.865	3.422.721
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidade tributadas	1.957.483	1.941.653
Benefícios Fiscais	2.252	8.360
	3.978.599	5.512.822
Lucro tributável	16.318.224	11.069.652
Imposto calculado	3.753.192	2.767.413
Tributação autónoma	30.004	27.475
Derrama Municipal	244.773	60.883
Derrama Estadual	620.911	358.483
Efeito do aumento / reversão dos Impostos diferidos	0	0
	895.688	446.841
Imposto sobre o rendimento	4.648.880	3.214.254
Taxa efetiva de imposto	53,39%	57,09%

24.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido na demonstração da posição financeira.

24.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

A Lei nº66-B/2012, aprovada a dezembro de 2012, introduziu, no seu artº 255, um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa, manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos, terminando em 2014.

25-Rédito

A quantia do rédito reconhecida durante o período é proveniente de:

Vendas e prestação de serviços	2014	2013
Venda de água	30.529.122	30.025.965
Prestação de serviços a municípios	23.292.835	23.009.456
Vendas e prestação de serviços	53.821.957	53.035.421

O acréscimo das vendas é exclusivamente explicado pelo aumento dos volumes faturados em cerca de 1,6%.

O acréscimo da prestação de serviços está diretamente relacionado com um aumento dos caudais de resíduos faturados em 2014 face a 2013 em cerca de 0,4% e ainda pela atualização tarifária contribuindo para que no total os rendimentos da prestação de serviços fosse positiva.

26-Custo das vendas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 é detalhado conforme segue:

Ano 2014	Matérias-Primas	Materiais Diversos	Total
Saldo inicial	313.219	1.014.818	1.328.038
Compras	1.827.269	386.989	2.214.258
Regularizações	0	0	0
Saldo final	355.056	1.118.758	1.473.814
Varição de inventários de produção	0	0	0
CMVMC	1.785.433	283.049	2.068.482

27-Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
Subcontratos	5.098.421	4.804.193
Trabalhos especializados	6.293.682	6.424.463
Energia e fluídos	5.843.153	5.466.307
Rendas e alugueres	379.504	449.126
Seguros	551.956	566.434
Material de laboratório/reagentes	308.028	263.712
Comunicação	174.042	172.119
Limpeza, higiene e conforto	55.969	59.293
Despesas de representação	22.299	36.211
Deslocações e estadas	55.775	51.437
Contencioso e notariado	11.997	17.494
Outros FSE's	154.259	180.582
Correções relativas a exercícios anteriores	27.688	-313.761
	18.976.774	18.177.612
FSE's capitalizados	-28.313	-79.895
Fornecimentos e serviços externos	18.948.462	18.097.717

As rubricas com as principais reduções foram os “Trabalhos Especializados”, “Rendas e Alugueres” e “Outros FSE’s”. O total das reduções cifrou-se em 0,26 milhões de euros. Em sentido contrário, verificou-se um acréscimo nos gastos com “Energia e fluidos”, “Subcontratos” e “Material de laboratório”. O valor total dos aumentos atingiu a importância de 1,1 milhões de euros face a 2013.

28-Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

Gastos com pessoal	2014	2013
Remunerações	3.868.102	4.170.263
Encargos sociais sobre remunerações	862.833	940.208
Encargos com pensões	0	0
Outros gastos com pessoal	224.295	246.203
Indemnizações	13.192	136.964
Correções relativas a exercícios anteriores	110.016	-148
	5.078.438	5.493.491
Gastos com pessoal capitalizados	-342.668	-466.457
Gastos com pessoal	4.735.769	5.027.034

Os “Gastos com o Pessoal”, sem considerar as capitalizações do exercício, tiveram um decréscimo de 7,6% (-0,4 milhões de euros) face a 2013 cuja principal explicação se encontra no facto da reposição em 2013 do subsídio de férias.

28.1 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal às datas de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 era o seguinte:

Número médio de colaboradores	2014	2013
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	160	162
Número médio de colaboradores	165	167
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	2014	2013
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	158	162
Número de colaboradores a 31/Dez	163	167

29-Depreciações, amortizações e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Amortizações, depreciações e reversões do exercício	2014	2013
Amortizações de ativos intangíveis	14.325.022	12.040.299
Acréscimos de custos do investimento contratual	3.551.441	4.938.272
Amortizações de ativos tangíveis	60.518	76.033
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	17.936.981	17.054.604

A variação das amortizações em cerca de 1 milhão de euros em 2014 face a 2013 deve-se ao englobamento dos caudais relativos à faturação dos mínimos em 2014. Este critério só teve aplicabilidade a partir do exercício de 2014.

30-Provisões e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Provisões e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Provisões e reversões do exercício	2014	2013
Provisões para processos judiciais	0	0
Provisões para acidentes de trabalho	0	0
Provisões - outros	519.828	0
Provisões	519.828	0
Reversões de provisões para processos judiciais	0	0
Reversões de provisões para acidentes de trabalho	0	0
Reversões de provisões - outros	0	0
Reversões do exercício	0	0
Provisões e reversões do exercício	519.828	0

Em 2014, foi constituída uma provisão relativa a eventuais acertos decorrentes da alteração da fórmula de cálculo de valores mínimos considerados no contrato de concessão.

31-Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Perdas por imparidade e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Perdas por imparidade e reversões	2014	2013
Perdas por imparidade de clientes	587.398	223.234
Perdas por imparidade de outros devedores	0	0
Perdas por imparidade	587.398	223.234
Reversões de perdas por imparidade	0	0
Perdas por reversões	0	0
Perdas por imparidade e reversões	587.398	223.234

32-Outros gastos operacionais

A decomposição da rubrica de "Outros gastos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Outros gastos e perdas operacionais	2014	2013
Impostos	491.745	649.546
Perdas em inventários	6.730	5.680
Donativos	7.387	2.000
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	1	0
Outros gastos operacionais	9.948	87.335
Outros gastos e perdas operacionais	515.811	744.562

32-Outros gastos operacionais

A decomposição da rubrica de "Outros gastos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Outros gastos e perdas operacionais	2014	2013
Impostos	491.745	649.546
Perdas em inventários	6.730	5.680
Donativos	7.387	2.000
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	1	0
Outros gastos operacionais	9.948	87.335
Outros gastos e perdas operacionais	515.811	744.562

O valor dos impostos inclui impostos indiretos (96.108,68 euros) e taxas (395.636,44 euros).

33-Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2014	2013
Rendimentos suplementares	424.229	341.735
Subsídios à exploração	10.858	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	75.410	29.193
Correções relativas a exercícios anteriores	20.137	138.972
Outros rendimentos e ganhos operacionais	530.635	509.900

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos operacionais" não apresentou alterações significativas face a 2013. Os valores registados em "Rendimentos suplementares" são os decorrentes do contrato celebrado com a Águas Públicas do Alentejo, para apoio na área de engenharia e expropriações.

34-Gastos financeiros

A decomposição da rubrica de "Gastos financeiros" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Gastos financeiros	2014	2013
Juros suportados	8.837.750	10.414.590
Comissões bancárias	1.450.293	1.455.590
Outros gastos financeiros	452.162	942.825
	10.740.205	12.813.005
Gastos financeiros capitalizados	-230.064	-439.119
Gastos financeiros	10.510.142	12.373.886

Os gastos financeiros, sem capitalizações, sofreram um decréscimo de 16%, i.e. menos 2 milhões de euros, em 2014 face a 2013, justificado pela melhoria das taxas de juro de curto prazo dos financiamentos e ainda pelo menor nível médio de endividamento. As capitalizações apresentam também um decréscimo resultante da menor afetação de encargos a obras.

35-Rendimentos financeiros

A decomposição da rubrica de "Rendimentos financeiros" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Rendimentos financeiros	2014	2013
Juros de mora	3.845.474	1.527.530
Outros juros	1.426.895	1.614.619
Rendimentos financeiros	5.272.369	3.142.149

Os rendimentos financeiros apresentam uma variação de 68% em 2014, face a 2013, explicada essencialmente pelo aumento dos débitos de juros de mora aos Municípios clientes (+2,3 milhões de euros)

Relativamente à rubrica de outros, a mesma inclui essencialmente os rendimentos financeiros associados à aplicação de meios monetários no âmbito do fundo de reconstituição do Capital social e de depósitos bancários cujas taxas de remuneração sofreram baixas significativas e ainda cerca de 0,6 milhões de euros relativos ao reconhecimento do valor residual da Barragem de Odelouca.

36-Transações com entidades relacionadas

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

Movimentos com partes relacionadas	2014 Proveitos	2014 Gastos	2013 Proveitos	2013 Gastos
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	5.234.777	0	6.086.028
AdP- Serviços ambientais, S.A.	0	331.669	0	355.244
ALGAR	4.728	2	0	5
AQUASIS	0	33.820	0	18.050
EPAL	47.257	29.277	0	90
AGDA	110.293	0	60.040	0
Águas do Centro, SA	0	4.992	0	0
Albufeira	7.961.652	16.030	9.182.272	16.339
Alcoutim	205.904	1.643	182.749	1.663
Aljezur	611.723	2.009	590.215	888
Castro Marim	1.159.494	7.928	1.088.931	2.297
Faro (Fagar-Faro)	5.419.276	14.080	5.199.420	12.595
Lagoa	3.496.433	7.480	3.847.049	8.665
Lagos	5.413.890	0	5.299.008	4.539
Loulé (Infralobo)	542.251	387	593.555	359
Loulé (Inframoura)	2.009.198	3.758	2.226.005	3.282
Loulé (Infraquinta)	652.209	1.794	658.290	1.762
Loulé (Município)	6.319.189	9.929	6.667.167	9.854
Monchique	70.049	0	40.862	1.529
Olhão (Ambiolhão)	3.920.035	5.562	4.276.680	3.947
Olhão (Câmara)	0	0	0	0
Olhão (Município)	0	0	0	0
Portimão (Emarp)	6.168.631	554.656	6.662.929	205
São Brás de Alportel	902.860	11	727.878	10
Silves	3.393.872	3.835	3.449.831	5.727
Tavira (Taviraverde)	2.035.342	14.213	2.168.683	18.702
Vila do Bispo	634.681	0	726.268	49
Vila Real de Santo António (Município)	0	0	0	0
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	3.578.237	4.183	2.444.761	5.520

Os valores negativos referem-se a notas de crédito ainda não regularizadas.

Saldos com partes relacionadas	2014 Ativos	2014 Passivos	2013 Ativos	2013 Passivos
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	42.808.126	0	66.918.915
AdP- Serviços ambientais, S.A.	0	63.100	0	77.002
ALGAR	3.985	26	136.351	0
AQUASIS	0	0	0	9.699
EPAL	0	33.439	5.284	128.744
AGDA	81.159	0	45.470	0
ADP Energias, SA	4.920	12.659	0	24.256
Albufeira	3.337.847	0	666.772	359
Alcoutim	24.820	-209	1.027.199	1.822.958
Aljezur	112.957	11.382	11.562.531	340
Castro Marim	110.082	51.055	1.338.873	2.408.262
Faro (Fagar-Faro)	2.966.060	514.622	931.046	1.359.243
Lagoa	430.557	163	6.506.501	365.735
Lagos	4.436.115	12.743	4.450.893	401.859
Loulé (Infralobo)	37.400	35	0	0
Loulé (Inframoura)	140.738	371	0	0
Loulé (Infraquinta)	57.236	114	0	0
Loulé (Município)	995.299	326	0	0
Monchique	32.173	0	0	0
Olhão (Ambiolhão)	7.666.457	503	0	0
Portimão (Emap)	1.897.773	4.143.461	10.193.482	710
São Brás de Alportel	222.590	165	0	0
Silves	883.261	-1.128	0	0
Tavira (Taviraverde)	4.766.437	1.154	0	0
Vila do Bispo	2.144.959	515.822	0	0
Vila Real de Santo António (Município)	851.997	0	0	0
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	13.917.419	456	0	0

37-Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 753.745.252 Euros sujeitos a depreciação no prazo da concessão dos quais 551.701.454 Euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada

Empreitada	Fornecedor	Valor de Adjudicação (*)	Faturado até Dez. 2013 (**)
Reforço de Adução ao Concelho de Loulé – Fase I – Parte I - Fases de Reforço de Adução a Loulé (Ligação ao Reservatório da Pedra da Água)	Oliveiras, S.A.	1.823.005	1.757.946
Construção das Estações Elevatórias EE3 (Galé) e EE6 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Oikos, S.A. / Electrolagos, CRL	1.552.175	1.640.563
Concepção e Construção da Conduta Elevatória CE3 e Requalificação do Habitat Lagunar da Lagoa dos Salgados	Maja Construções, S.A.	1.065.944	1.065.941
Construção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de São Marcos da Serra	Martifer Construções, S.A.	851.793	820.718
Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 E EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	CME, S.A.	2.344.912	2.321.791
Obras Complementares às Novas Infra-Estruturas Adquiridas à FAGAR(***)	FAGAR	3.147.000	1.993.100
Construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres	Acciona Agua, S.A.	1.990.109	55.860
Conclusão da Construção do Edifício de Exploração da ETAR de Faro Noroeste - fase I	Consdep, SA	168.666	150.920
ETAR de Vale da Telha - Alteração da solução de tratamento - Adicional	Maja, SA	21.093	21.210
ETAR de Vale da Telha - Execução da rede de água pluviais	Maja, SA	15.721	15.720
Ligação à ETAR de Vilamoura e EE de Pinhal do Concelho	Hidralgar, SA/Eduardo Pinto Contreiras & filhos, Lda	1.806.005	165.580
Intervenções no Túnel de Portimão - Quinta das Palmeiras	Hidralgar, SA	112.009	112.018
Conclusão da construção do novo Ponto de Entrega do Castelo em Aljezur	Rolear On	58.334	58.273
Execução de Ramais em Média Tensão para a Estação Elevatória da Estibeira e ETAR de S. Marcos	Joaquim Fernandes	31.755	16.680
Desvio da conduta em FFD DN600 na Avenida Sá Carneiro, em Quarteira	Hidralgar, SA	49.986	46.200
Conclusão da Construção da Barragem de Odelouca	Consórcio Teixeira Duarte, S.A. / Monte Adriano, S.A.	27.675.626	32.246.256
Instalação do Gerador na ETAR de VRSA (Contrato de Cessão Posição Contratual)	TecnoSPIE, SA	22.300	20.050
Instalação do Gerador na ETAR de VRSA (Ajuste Directo)	TecnoSPIE, SA	14.592	14.592
		42.751.025	42.523.418

(*) Valor de Adjudicação - Foi considerado o valor do Contrato.

(**) Facturado até Dez. 2014 - Valor total facturado pelo contrato inicial, contratos adicionais, revisão de preços e eventuais indemnizações.

(***) Não teve execução financeira no ano de 2014

Contratos de Prestação de Serviços

Designação	Adjudicatário	Valor do contrato (*)	Faturado até Dez. 2014
Prestação de Serviços de Avaliação das Infra-estruturas de Saneamento e Abastecimento do Algarve (****)	Procontrol - Projectos e Fiscalização de Empreendimentos da Construção, Lda.	24.495	12.858
Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração do Estudo de Impacte Ambiental do Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Faro e Olhão	IPA- Inovação e Projectos em Ambiente, Lda.	20.500	18.450
Prestação de Serviços "Acompanhamento Arqueológico – 2.º Grupo"	ERA, ARQUEOLOGIA, LDA.	221.113	216.994
Acompanhamento Arqueológico da empreitada Reforço de Adução ao Concelho de Loulé - Fase I - Parte I	ERA, ARQUEOLOGIA, LDA.	19.800	16.170
Elaboração de Projectos e Processos de Concurso - 5º Grupo	Aqualogus, Lda.	24.495	12.858
Elaboração de Projectos e Processos de Concurso - 7º Grupo	PROMAN, SA	20.500	18.450
Limpeza, Análise e Diagnóstico ao Estado de Conservação do túnel do Subsistema de Portimão	Manvia, SA	221.113	216.994
EEI Beliche - Fornecimento e instalação de dois Variadores de Frequência (***)	Siemens, S.A.	19.800	16.170
		571.815	528.945

(*) - Valor do Contrato= Contrato inicial + contratos adicionais.

(**) - Faturado até Dez. 2014 - Inclui Revisão de preços

(***) - Aquisição de bens

(****) - Não teve execução financeira no ano de 2014

38-Ativos e passivos contingentes

38.1 Garantias prestadas

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de Dezembro de 2014 era a seguinte:

Entidade	Valor
Abastecimento	
Tribunais Civis	588.353
Petrogal	10.475
ARH	566.466
Subtotal	1.165.294
Saneamento Básico	
IEP - Estradas de Portugal	5.000
Tribunais Cíveis	283.042
Subtotal	288.042
Total Geral	1.453.336

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
ARH	Recuperação de Danos Ambientais	CGD	566.466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	DUP - SMAA - Barragem de Odelouca	BCP	229.582
Tribunal Civil da Comarca de Silves	DUP - SMSA - SITAR de Albufeira, Lagoa e Silves (Servidão)	CGD	192.329
- Tribunal Civil da Comarca de Loulé	DUP - SMAABA -	CGD	124.699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	DUP - SMAA - Barragem de Odelouca	BCP	57.955

38.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações principais a correr em tribunal já devidamente contestadas.

Descrição do processo	Valorização (em euros)	A favor da empresa
<p>Processo n.º 46/09.3BELLE interposto por Somague Engigás Neopul – Construtores, ACE Ação intentada no âmbito da empreitada de “concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida” e com fundamento em alegada inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa. Na mesma ação, a autora impugnou ainda três decisões de indeferimento de pedidos de prorrogação do prazo da empreitada que havia apresentado à AdA. E impugnou também as multas que pelo montante de €666,014,13, aplicada por violação dos prazos parcelares vinculativos e do prazo global da empreitada. A ação foi contestada pela AdA, que juntou ao processo pareceres científicos emitidos pelo LNEC e que rebatem a alegada inexecuibilidade. Para além disso e na sua contestação, AdA invocou subsidiariamente a caducidade da ação quanto ao pedido parcelar de € 1.164.598,98 em virtude da ação ter sido proposta para além do prazo de 132 dias (úteis) fixados na lei (questão essa que o Tribunal já decidiu no despacho saneador, absolvendo a AdA. Quanto a essa quantia, tendo a parte contrária interposto recurso que se encontra pendente. Foi já proferida sentença que julgou a ação improcedente, sendo a AdA absolvida da totalidade do pedido. A parte contrária interpôs recurso, que se encontra pendente.</p>	8.332.017,21	Sim
<p>Processo n.º 516/09.3BELLE interposto por Somague Engigás Neopul – Construtores, ACE Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve, S.A. Por Somague, Engigás, Neopul, Construtores, S.A., em que, com o mesmo alegado fundamento de inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa (e, desta feita, invocando a nulidade parcial do respectivo contrato de empreitada), vem impugnada a decisão tomada pela AdA, no sentido da rescisão com justa causa do contrato de empreitada por incumprimento definitivo imputado ao ACE empreiteiro e em que vem formulado pedido de €9.191.597,54 (que é mera actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação n.º 46/09.3 BELLE). A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A. Com fundamentos idênticos aos da anterior ação /Proc. 46/09.3BELLE. Foi proferido despacho que determinou a suspensão da instância até que se mostre decidida a ação supra n.º 46/09.3BELLE. A ação encontra-se, assim, suspensa na sua tramitação.</p>	9.191.597,54	Sim
<p>Processo n.º 232/2000 interposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A O processo corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. - inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A. - é de € 2.662.385,97 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela decisão sobre a matéria de facto.</p>	2.662.385,97	Sim
<p>Processo n.º 65/10.7BELLE interposto pela AdA ao Município de Tavira e à Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.M. Acção administrativa intentada a 22/01/2010.</p>	1.630.948,57	Parte

Descrição do processo	Valorização (em euros)	A favor da empresa
<p>Processo n.º 427/11.2BELLE interposto pela AdA ao Município de Tavira e à tavora Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M</p> <p>Acção administrativa intentada em 14/07/2011, para a qual os Réus apresentaram a sua contestação em 06/10/2011.</p> <p>Fomos notificados pelo Tribunal em 24/05/2012 do despacho em que ordena que o processo aguarde na secretaria a baixa do Proc. 65/10.7BELLE e que após, deverá o processo 427/11.2BELLE ser apensado ao Proc. 65/10.7BELLE.</p> <p>Aguarda decisão judicial.</p>	2.533.779,30	Parte
<p>Processo 104/12.7BELLE intentada pela AdA, em 5/12/2011, contra o Município de VRSA.</p> <p>Inicialmente, processo de injunção por meio do qual se reclamou o pagamento da quantia de 2.496.051,41 <input type="checkbox"/> Decorrente da oposição por parte do Requerido, a 23-01-2012, o processo de Injunção passou a Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A 01/03/2012, foi entregue o aperfeiçoamento da Petição Inicial, no cumprimento da notificação recebida do Tribunal. A 11/04/2012, a Ré apresentou a sua Contestação. Apresentámos Réplica em 02/05/2012. Fomos notificados da data da Audiência Preliminar agendada para o dia 31/01/2013, às 10:30 h. No dia 30 de Janeiro de 2013 fomos notificados do Despacho Saneador e do despacho proferido dando sem efeito a Audiência Preliminar. Aguarda decisão judicial. A 31/12/2014, as faturas reclamadas na Acção Administrativa foram recebidas pela AdA, no âmbito do PAEL. É intenção da AdA retirar a Acção Administrativa.</p>	2.495.898,41	Sim
<p>Processo N.º 715/09.8 BELLE Acção instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela AdA. contra Somague, Engigás, Neopol, Construtores, ACE</p> <p>Acção instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopol, Construtores, ACE e contra as respectivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de € 1.894.762,79 por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de “concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida”). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na acção (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a acção ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto Lei nº 59/99, de 2 de Março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respectiva letra, é aplicável apenas às acções propostas pelo empreiteiro e não já também às acções propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a acção foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente. O provimento desse recurso ocasionará apenas que a acção possa prosseguir a sua normal tramitação para se apurar se a rescisão contratual determinada pela Águas do Algarve se fundamenta ou não em justa causa e, bem ainda, para se apurar quais os danos indemnizáveis daí emergentes.</p>	1.894.762,79	Sim
<p>Processo 105/12.7BELLE intentada pela AdA, em 5/12/2011, contra o Município de VRSA.</p> <p>Inicialmente, processo de injunção por meio do qual se reclamou o pagamento da quantia de 1.596.738,95 <input type="checkbox"/> Decorrente da oposição por parte do Requerido, a 24-01-2012, o processo de Injunção passou a Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A 08/02/2012, a Ré apresentou a sua Contestação. Apresentámos Réplica em 28/02/2012. Em 22/05/2012 foi proferida Sentença, decidindo anular todo o processo, por ineptidão do requerimento inicial, e consequentemente absolveu o requerido Município de Vila Real de Santo António da instância. Foi interposto Recurso desta decisão em 02/07/2012 para o Tribunal Central Administrativo Sul uma vez que discordámos dela. A parte contrária também interpôs Recurso da decisão proferida. Fomos notificados pelo Tribunal Central Administrativo Sul de que os autos provenientes do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé foram distribuídos nesse Tribunal em 13/11/2012, 2º Juízo, 1ª Secção, onde obtiveram o nº 09414/12. Aguarda decisão judicial. A 31/12/2014, as faturas reclamadas na Acção Administrativa foram recebidas pela AdA, no âmbito do PAEL. É intenção da AdA retirar a Acção Administrativa.</p>	1.596.416,00	Sim

Com exceção das provisões para outros riscos e encargos constituídas, todos os demais processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes às referidas empreitadas, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

38.3 Direitos e obrigações

De acordo com o nº 12 da cláusula 17ª protocolado com o INAG (Instituto da Água), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto de 1.000.000 Euros por ano, destinado à comparticipação nas despesas das obras e manutenção do Sistema de Odeleite-Beliche.

Este gasto encontra-se refletido na contabilidade, na conta 62 (fornecimentos e serviços externos).

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 Euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico.

39-Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Algarve, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Algarve, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

40-Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O Valor da remuneração do capital calculado nos termos de concessão á data de 31 de Dezembro de 2014 atingia o valor de 20.878.425 Euros. A presente proposta de aplicação de resultados permite a recuperação de desvios tarifários acumulados e da remuneração acionista.

ANO	Capital Social Realizado	Reserva Legal Constituída	Remuneração Anual C/Capitalização +Res.Legal	RA em divida-final do ano	Acumulado Pago/ /Dividendos distribuídos	Valor Acumulada RA Após Pag. Dividendos	Dívida OT+3
2009	Remuneração acionista Acumulada			14.319.706	3.380.583	10.939.123	7,21%
2010	29.230.884	763.109	3.430.751	14.369.874	4.877.900	9.491.973	8,42%
2011	29.230.884	1.019.840	5.262.276	14.754.249	0	14.754.249	13,24%
2012	29.230.884	1.181.794	4.724.461	19.478.710	3.269.241	16.209.469	10,46%
2013	29.230.884	1.353.859	4.347.182	20.556.651	2.943.641	17.613.010	9,29%
2014	29.290.884	1.508.787	3.265.415	20.878.425	4.882.231	15.996.194	6,75%
					29.124.529		

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima indicados foram os seguintes:

Ano	Taxa Sem Risco OT	Taxa Com Risco (Base de cálculo)
2009	4,210%	7,210%
2010	5,420%	8,420%
2011	10,240%	13,240%
2012	7,460%	10,460%
2013	6,290%	9,290%
2014	3,750%	6,750%

No ano de 2014 foi utilizado a taxa de 3,75% acrescida de 3% de spread conforme definido pelo despacho do Concedente.

41-Eventos subsequentes

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

Todavia, é de salientar que em 2 de fevereiro de 2015 foi reforçado o Fundo de Reconstituição do Capital Social em 2.815.463 euros, perfazendo à presente data o total de 11.083.033,78 euros, aumento esse relativo aos anos de 2011 a 2014.

A Águas do Algarve, S.A. rececionou o parecer final da ERSAR relativamente à aprovação das tarifas a aplicar em 2015, sendo que se mantém o tarifário aprovado para 2014 (0,4710€/m³ e 0,6304€/m³ para o abastecimento e saneamento, respetivamente).

A Águas do Algarve, S.A. realizou após o fecho das contas de 2014, um acordo de regularização de dívida com VRSA SGU, E.M., S.A. no valor de cerca de 10 milhões de euros.

2. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório

Cumpra ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas de 2014 da Águas do Algarve, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Na sequência da nossa nomeação, em 27 de março de 2013, acompanhámos a atividade da Empresa e realizámos as verificações consideradas necessárias. O Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, e participou nas reuniões do Conselho de Administração para as quais foi convocado.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, que permite divulgar com clareza todos os aspetos relevantes da atividade, tendo aferido do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. O Conselho Fiscal verificou também o cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, quanto à apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário.

As contas manifestam a solidez da Empresa e as políticas e critérios contabilísticos expressos nas Notas às demonstrações financeiras merecem, em geral, a nossa concordância.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.



Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.


O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração todos os esclarecimentos prestados no decorrer dos trabalhos desenvolvidos por este órgão em 2014.

Faro, 12 março 2015

O CONSELHO FISCAL


Rogério Bacalhau Coelho - Presidente


José Soares Barroso - Vogal


António Carvalho de Barros - Vogal

3. Certificação legal de contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Algarve, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 521.198.493 Euros e um total de capital próprio de 40.640.752 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.139.191 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da Informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Algarve, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.



9.2 As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira do ano de 2010 submetido a aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.

Lisboa, 12 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

4. Glossário Financeiro e Técnico

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Benchmark – Significa a busca das melhores práticas na indústria que conduzem a um desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo através do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Core Business – Respeita à parte central do negócio ou de uma área de negócios, e que é geralmente definido em função da estratégia da empresa para o mercado. Este termo é utilizado habitualmente para definir qual o ponto forte e estratégico da atuação da empresa.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) - Resultados operacionais antes de amortizações.

EBITDA = resultado operacional + amortizações + provisões.

EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A..

ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Goodwill - é o conjunto de elementos não materiais ligados ao desenvolvimento de um negócio, quando se presume que valorizam a reputação de uma empresa.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's - Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

POVT – Programa Operacional de Valorização do Território,

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspectivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O rating é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

Rendibilidade do Ativo (Return On Assets) – EBIT/Ativo Líquido

Rendibilidade dos Capitais Próprios (Return On Equity) – Resultado Líquido / Capital Próprio

ROCE – É um termo financeiro que expressa o resultado de uma empresa em função do capital empregue. A razão determinada pelo ROCE indica quão eficientemente o capital está sendo aplicado a fim de gerar receita.

SMMAA – Sistema multimunicipal de abastecimento de água

SGPS – Sociedade gestora de participações sociais

Stakeholders - (parte interessada ou interveniente), refere-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governo societário aplicadas pela empresa.

De uma perspetiva mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de carácter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a sua missão).

O sucesso de qualquer empresa depende da participação de suas partes interessadas e por isso é essencial assegurar que as suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores. De modo geral, essas expectativas envolvem satisfação de necessidades, compensação financeira e comportamento ético. Cada interveniente ou grupo de intervenientes representa um determinado tipo de interesse no processo. O envolvimento de todos os intervenientes não maximiza obrigatoriamente o processo, mas permite encontrar um equilíbrio de forças e minimizar riscos e impactos negativos na execução desse processo.

Uma organização que pretende ter uma existência estável e duradoura deve atender simultaneamente às necessidades de todas as suas partes interessadas. Para tal, a empresa necessita de "criar valor", ou seja, os recursos utilizados devem gerar benefícios superiores do que o seu custo total.

Volume de negócios – Vendas e prestações de serviços.

5.Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2014

Lei n.º 10/2014, de 06/03

Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Lei n.º 19/2014, de 14-04-2014

Lei de Bases do Ambiente: A Lei de Bases do Ambiente define as bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 66.º da Constituição. Com a publicação da presente Lei é revogada a Lei n.º 11/87, de 7 de abril

Lei n.º 12/2014, de 06/03

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional

Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21/07

Estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

Decreto-Lei n.º 153/2014 de 2014-10-20

Cria os regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de Unidades de Pequena Produção.

Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - Lei n.º 3/2014

Procede à 2.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10/09, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à 2.ª alteração ao DL n.º 116/97, de 12/05, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, de 23/11, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.

Código do trabalho - Lei n.º 27/2014 de 08-05-2014

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. As alterações visam essencialmente as regras a observar para a extinção de postos de trabalho.

Lei n.º 83-C/2013

Orçamento do Estado para 2014

Portaria n.º 54/2014, de 03-03-2014

Delimitação do perímetro de proteção da captação de água superficial - Albufeira da Barragem de Odelouca.

6. Contactos

SEDE SOCIAL:

Águas do Algarve, S.A.
Rua do Repouso, n.º. 10
8000-302 Faro
Tel: +351 289 899 070
Fax: +351 289 899 079

ETA DE TAVIRA:

Sítio do Malhão
8800- Tavira
Tel: +351 281 380 280
Fax: +351 281 380 289

ETA DE ALCANTARILHA:

Sítio do Malhão
Alcantarilha Gare
8635-024 Alcantarilha
Tel: 351 282 440 040
Fax: +351 282 440 049

ETA DAS FONTAÍNHAS:

Estrada Nacional 125
Mexilhoeira Grande
8500-132 Portimão
Tel: +351 282 960 150
Fax: +351 282 960 159

DIRECÇÃO DE OPERAÇÃO SANEAMENTO:

ETAR Faro Noroeste
Prolongamento da Rua Professor Egas Moniz
Montenegro
8005-275 Faro
Tel: +351 289 888 190
Fax: +351 289 888 199

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre o negócio e atividade da Empresa, estão disponíveis na página da internet da Águas do Algarve, S.A. no seguinte endereço: www.aguasdoalgarve.pt.

e-mail:

geral@aguasdoalgarve.pt

